

SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 6 de maio de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. GILBERTO BRITO *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. GILDÁSIO PENEDO *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Prof. Valdeci, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados:

(Lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 17.940/2009, de autoria do Poder Executivo.”*

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, já que o Plenário está praticamente vazio, mas estão na Casa 43 Srs. Parlamentares, solicito de V.Exª uma verificação de quorum

para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, solicito que, nessa questão de ordem, sejam observados os 15 minutos para que possam comparecer ao Plenário os deputados que estão nos gabinetes, na sala do cafezinho, e também atendendo às suas respectivas bases eleitorais, porque hoje há a previsão de votação de um projeto que considero importante, portanto devemos debatê-lo aqui, na Assembleia Legislativa.

Além do mais, hoje, tivemos aqui, na Assembleia Legislativa, um dia bastante movimentado, com as reuniões da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, da qual o deputado Gaban é presidente, na qual houve um debate interessante sobre o meio ambiente e as plantações de eucalipto no Sul e Extremo Sul do Estado.

Também aconteceu aqui, pela manhã, no Plenário desta Casa, um debate muito importante sobre segurança pública. Nós tivemos a presença do secretário da Segurança Pública e ele fez uma exposição sobre essa temática em nosso Estado, mostrando, inclusive, os investimentos, as ações, as realizações da Secretaria da Segurança Pública, e constatando uma queda no número de homicídios nos primeiros 4 meses de 2009, comparando-se com os primeiros 4 meses de 2008. Houve uma queda de 11% no número de homicídios.

' Evidentemente que essa é uma informação positiva na medida em que estávamos observando um aumento da violência no decorrer do último período. Especialmente, pudemos observar que o aumento da violência em Salvador, de 2000 a 2005, foi da ordem de 292%, um crescimento muito grande. Em 2006, também houve uma elevação da violência, e essa tendência se manteve em 2007 e 2008. A notícia positiva é que em 2009 o número de homicídios em Salvador e Região Metropolitana caiu 11%.

Isso não significa que o problema da violência tenha sido resolvido, nem de longe. O problema da violência em nosso Estado, na Região Metropolitana de Salvador, continua sendo bastante grave. E o número de homicídios continua sendo bastante alto, não apenas em Salvador e Região Metropolitana, mas também no interior. Mas o importante e a boa notícia é que nos primeiros 4 meses de 2009 houve uma queda.

Da mesma forma que, de 1979 a 2003, houve um aumento considerável do número de homicídios no Brasil, pulando de 11.900, em 1979, para 51.000 homicídios em 2003, em 2004, 2005 e 2006 esse número começou a cair. Então, da mesma forma que nós observávamos uma tendência do aumento da violência no Brasil inteiro até 2003, observamos uma queda, aqui na Bahia, também, nesses primeiros 4 meses de 2009, uma queda da violência, que vinha aumentando ao longo dos anos, e esperamos que essa tendência de queda continue para que possamos realmente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado. V.Ex^a quer o que com tudo isso?

O Sr. Álvaro Gomes:- Eu peço a V.Ex^a que observe os 15 minutos e acione as campanhas para que os deputados possam comparecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quorum solicitada pelo deputado Gaban e ratificado pelo deputado Álvaro Gomes, para continuidade da sessão.

Os Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, no Salão Nobre, Salão Nestor Duarte, na Biblioteca, nos gabinetes, venham para o Plenário, pois existe um pedido de verificação de quorum para continuidade da sessão.

Gostaria que se marcassem os 15 minutos.

O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Dep. Eliana Boaventura, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 13 e 16/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Misael Neto, comunicando sua ausência na sessão do dia 16/04/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência na sessão do dia 16/04/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, não só a Bancada do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, mas o Partido dos Trabalhadores na Bahia, neste momento, se sentem muito orgulhosos em virtude de um dos seus grandes militantes, um dos parlamentares que mais se destacaram nesta Casa, deputado-constituente de 1988, companheiro que nasceu em São Paulo e fez opção, não só pela militância, mas por viver na Bahia, ontem, assumiu o lugar do deputado Nélon Pellegrino, o mandato de deputado federal.

Falo aqui, Sr. Presidente, do nosso companheiro Emiliano José, companheiro escritor, militante dos direitos humanos que sempre combateu o bom combate, grande expoente na luta contra a ditadura militar e que muito vai honrar na Bahia no Parlamento federal, mais particularmente, na Câmara dos Deputados em Brasília.

Para nós do Partido dos Trabalhadores, como falei anteriormente, isso é motivo de grande orgulho. Desejamos ao companheiro Emiliano José êxito no seu mandato e temos a certeza de que terá grande êxito, dada a sua experiência, competência e ao

seu compromisso.

Mas queria também, Sr. Presidente, usar esta questão de ordem para solicitar àqueles companheiros que estão no cafezinho, no restaurante, na Biblioteca da Assembleia Legislativa, nos corredores, a se fazerem presentes no Plenário, já que neste momento existe uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

Peço novamente às companheiras e aos companheiros deputados que estão na sala do cafezinho, nos corredores, na Biblioteca ou em outras dependências desta Casa que compareçam a este Plenário, já que existe uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade dos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a peça, enquanto vou formulando a minha questão de ordem, à Secretaria da Mesa Diretora uma informação, visto que se supõe, quando se requer uma sessão extraordinária, que os parlamentares solicitantes estejam pelo menos aqui na Casa no dia em que é feito esse requerimento.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque aconteceu ontem uma polêmica a respeito de uma sessão extraordinária que foi trocada. E, pelo que vi no início da presente sessão, deixaram de comparecer a esta Casa, até o presente momento, nada mais nada menos do que 20 Srs. Parlamentares. E se esses 20 parlamentares não estiveram aqui hoje, obviamente que este requerimento solicitando a convocação de uma sessão extraordinária não pode ter sido assinado hoje, já que eles não estão presentes.

Pois bem, solicito à Secretaria da Mesa que informe se os parlamentares que assinaram esse documento que pede a convocação estão entre os 43 deputados que se encontram na Casa hoje. Pois não vejo sentido numa sessão extraordinária convocada por pessoas que nem neste Parlamento se encontram, Sr. Presidente.

Enquanto a Secretaria providencia isso, gostaria, Sr. Presidente, de adiantar que a Marinalva, que é a representante do Sindicato dos Servidores Públicos, convocou para hoje uma reunião de todos os sindicatos. Ela foi apanhada de surpresa por esse projeto encaminhado pelo governo do Estado que mexe com o futuro não somente dos já aposentados, mas também de todos os atuais ocupantes de cargos e funções do Legislativo, Executivo e Judiciário estaduais.

Vi neste dia uma declaração do secretário da Administração – meu amigo, pelo qual tenho grande respeito pessoal, mas que foi infeliz na sua fala – afirmando que está retirando dinheiro do Funprev, mas que isso não vai mexer no futuro dos Srs. Funcionários do serviço público estadual. Ora, eles só terão a garantia da aposentadoria se for mantido o equilíbrio das finanças do Funprev. Se esse fundo foi criado com a finalidade de assegurar o equilíbrio das finanças, como o secretário da Administração pode afirmar em um jornal de grande circulação que não é necessário, que mexer nele não vai afetar o equilíbrio das finanças do Funprev?

É uma mentira, Sr. Presidente, que não pode ser dita de maneira tão irresponsável!

Precisamos fazer uma discussão aberta desse tema, meu prezado amigo Waldenor. Proponho um debate aberto para que não venhamos a lamentar, num futuro próximo, o prejuízo que vamos causar àqueles que já estão aposentados e aos que irão se aposentar, por não haver dinheiro para pagar os benefícios que eles têm direito.

Não estou defendendo um dinheiro meu, não; é um dinheiro dos funcionários públicos do Estado. Eles precisam de tempo para se manifestar! Não podem ser pegos de surpresa, como aconteceu com todos os sindicatos da Bahia. Esses sindicatos não tiveram tempo para se manifestar! A publicação desse ato foi no *Diário Oficial* de uma sexta-feira, que só tem leitura sábado e domingo. Na segunda-feira, não houve sessão aqui; na terça-feira, foi votado o regime de urgência; na quarta-feira, eu denunciei; na quinta e na segunda-feira passadas, derrubaram a sessão! Portanto não debatemos esse tema!

Sr. Presidente, já que alguns membros do governo, como o secretário da Administração, afirmam que não vai haver prejuízo, proponho que façamos uma discussão aberta, nesta Casa, com a participação do secretário da Administração, do procurador do Estado e de todos os segmentos que representam os funcionários públicos. Os membros do Conprev têm que ser ouvidos, porque aprovamos, nesta Casa – finalizando, Sr. Presidente –, um projeto que diz que só se poderia mexer nesse fundo, que daria equilíbrio ao Funprev, depois de 10 anos de implantando, com a anuência do Conprev, o que é um mérito do governo Wagner, pois nele foi criado e aprovado por esta Casa em dia 21 de dezembro de 2007. Como só tem um ano e quatro meses de instalado, ele não pode ser mexido, pois esta Casa iria desrespeitar a lei que ela própria aprovou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, para concluir.

O Sr. Gaban:- Logo, Sr. Presidente, solicito a informação que pedi no início desta questão de ordem para ver se a sessão extraordinária tem fundamento ou não e espero que os que assinaram o requerimento estejam presentes à Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não é necessário o deputado estar presente para assinar o requerimento, pois para mim o que vale é a assinatura dele. V.Ex^a foi presidente durante dois anos e sabe que a assinatura do deputado já é o suficiente. Não posso questionar se o deputado...a não ser que V.Ex^a denuncie que alguma assinatura dessas não seja de algum deputado. Sendo assinatura do deputado, para mim já é o suficiente.

Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Não é mais necessário, presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Presidente, com todo respeito, gostaria de contestar a informação de V.Ex^a, pois já tivemos aqui o caso de um parlamentar que já não estava mais na Base do governo, entretanto havia a assinatura dele em um documento. Não podemos desvalorizar a Casa com parlamentares que não estão na Casa, dão dezenas e dezenas de assinaturas em documentos que ficam quatro, cinco meses guardadas na mão do Líder, de um lado e de outro, e não quero entrar em detalhes...

Sr. Presidente, não posso imaginar que parlamentares que não estejam na Casa... vamos partir da hipótese de que as assinaturas tenham sido colhidas hoje, como é que posso entender que pediram uma sessão extraordinária para hoje, se não estão presentes à Casa? Só quero a confirmação de que os deputados que assinaram o pedido de convocação de uma sessão extraordinária, hoje, se encontram na Casa, porque se o assinaram há muitos meses e não se encontram na Casa, não vejo, sinceramente, validade numa solicitação desse tipo. Eles não poderiam prever o futuro, ou seja, que hoje haveria sessão extraordinária. Não podemos admitir, Sr. Presidente, em nenhuma hipótese, que parlamentares que não estiveram, hoje, neste Poder Legislativo possam estar solicitando a convocação de uma sessão extraordinária. Nós, que já estamos cansados de ver as mazelas da Câmara Federal, as quais, graças a Deus, não ocorrem aqui, não vamos fazer uma coisa deste tipo, ou seja, que parlamentar que não esteja na Casa possa ter assinado um requerimento, pois ele não pode ser onipresente. Se há muitos viajando, até para fora do Estado, como é que podem ter assinado, hoje, um documento pedindo a convocação de uma sessão extraordinária a ser realizada dois minutos após o encerramento desta?

Então peço, Sr. Presidente, a compreensão, a colaboração de V.Ex^a, que é o guardião desta Casa, para que os Líderes desta Casa se organizem e mobilizem suas Bancadas – a Bancada do governo já comprovou que tem hoje aqui 22 Srs. Deputados – no sentido de que assinem uma solicitação recente – no caso do governo, os 22 que aqui estão –, mas não com pessoas ausentes, que estão fora da Casa hoje e assinaram uma solicitação sem estar presentes.

Tenho certeza de que o bom senso irá prevalecer, e novas assinaturas serão pedidas. Dessa forma teremos uma solicitação de sessão extraordinária legal, já que esta não pode ser considerada uma sessão extraordinária, pois não tem o menor respaldo jurídico. Isso poderá gerar, meu querido amigo deputado Waldenor, mais uma ação na Justiça, porque quem estaria pedindo uma sessão extraordinária para hoje são parlamentares que não se encontram nem em Salvador nem na Bahia hoje.

Então, essa é a solicitação que faço.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a questão de ordem de V.Ex^a será indeferida, primeiro, porque V.Ex^a foi presidente e sabe que se anularmos esta sessão extraordinária, deverão ser anuladas todas as sessões extraordinárias desde quando V.Ex^a foi presidente. Isso é impossível e não iremos fazer isso.

Para mim, a assinatura do deputado é suficiente. Se um deputado assinou em branco esse é um problema do deputado. Quero crer que os deputados assinaram com o ofício elaborado.

Para a Presidência, o que vale é a assinatura do deputado. Quando V.Ex^a foi presidente também adotou a mesma postura, uma vez que V.Ex^a sabe que não poderia ser diferente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

O Sr. Gaban:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Gaban. Por favor seja breve.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para fazer um registro.

Fui presidente desta Casa, com muita honra, inclusive com o voto e o apoio de V.Ex^a – que trabalhou e me ajudou. Sou-lhe muito grato, e V.Ex^a sabe disso. Mas nunca fui questionado sobre assinaturas de deputados que não estavam presentes.

Infelizmente, se houver votação nesta sessão extraordinária, entrarei com mais um processo na Justiça. Só posso lamentar, porque, como V.Ex^a, gosto da Assembleia Legislativa da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, gostaria de dizer que quando há ilegalidade não precisa ninguém questionar. A pessoa que está como presidente, se houver ilegalidade, poderá, *ex officio*, tomar as providências.

E V.Ex^a adotou como presidente essa mesma decisão, diga-se de passagem, legalmente. Infelizmente, não posso deferir a sua questão de ordem porque para mim tanto a assinatura quanto a palavra do deputado são suficientes.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente quero me solidarizar com todos os familiares de vítimas das chuvas em Salvador, assim como com o prefeito João Henrique e com governador Jaques Wagner. Houve algumas mortes, muitas vítimas, e é uma situação bastante difícil para a população, principalmente a população mais carente da cidade.

Quero fazer esse registro e dizer que a cada momento, a cada chuva que observamos em Salvador – que é uma grande metrópole do nosso País – é um momento de reflexão sobre o modelo de desenvolvimento. Cada chuva que cai sobre a nossa cidade – e a chuva é muito importante para a população – é um momento de reflexão, porque a população mais carente, mais pobre, sofre os efeitos.

Isso mostra um crescimento desorganizado, desordenado, e a necessidade de o poder público tomar medidas para preparar a nossa cidade para essas situações. É mais do que urgente uma verdadeira reforma urbana levando-se em consideração a necessidade da construção de moradias dignas, moradias mais humanas, a necessidade de recuperação das moradias precárias na nossa cidade para que a nossa população possa ter sossego.

Portanto este é, realmente, um momento de reflexão. Nós vivemos na cidade de Salvador, no Estado da Bahia um déficit habitacional de milhares de casas populares. O presidente Lula e o governador Wagner vêm fazendo um esforço para a construção dessas casas populares, para diminuir, reduzir o déficit habitacional, haja vista o anúncio de construção de um milhão de casas populares pelo presidente Lula, mas é necessário, além da construção das casas populares, da redução do déficit habitacional, também olhar para as moradias precárias, para aquelas moradias que não têm a mínima condição, para aquelas moradias que colocam as pessoas em sério

risco, como se observa com as chuvas que caem sobre Salvador.

Por isso queria fazer este registro no Pequeno Expediente, da necessidade de o Poder Público olhar mais para infraestrutura, olhar mais para a população carente, olhar mais para o modelo de desenvolvimento da cidade, modelo que venha resolver o grave problema do déficit habitacional da nossa população e, além disso, resolvendo o problema de infraestrutura, saneamento básico que venha propiciar, realmente, moradias humanas, seguras, nas quais as pessoas possam viver com dignidade.

As chuvas levam a uma reflexão no sentido de buscar soluções emergenciais mas também soluções em curto, médio e longo prazo para a resolução definitiva desse grave problema social que observamos no nosso Estado, nas grandes cidades e no País inteiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o ilustre deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados. Sr. Presidente, volto aqui a tratar do assunto da Reforma da Previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia. A minha grande preocupação, Sr. Presidente, e espero, tenho certeza que será a dos 63 parlamentares, é com o futuro dos servidores públicos do Estado da Bahia. Não se pode admitir, fizemos um estudo através do Conprev, órgão do qual faço parte, sou membro titular representando a Assembleia Legislativa, fizemos um estudo atuarial que mostrava que para que a gente pudesse ter o equilíbrio das contas do Funprev, já que o que se arrecada mensalmente é muito menos do que o necessário para pagar os aposentados já existentes no nosso Estado.

Sabemos que ano a ano o número de aposentados aumenta e dessa forma aumenta o aporte financeiro que o governo do Estado tem que fazer. Dando exemplos: em 2007 o próprio governo Wagner teve que fazer um aporte em torno de 480 milhões para cumprir com as obrigações e pudesse dar os benefícios aos aposentados. Esse valor cresceu para 540 milhões em 2008. A expectativa do ano de 2009 é que o governo tem que fazer um aporte em torno de 650 milhões.

Da forma que está concebido esse projeto, além de acabar com a poupança que daria, num prazo de 10 anos, segundo estudos que contratamos através do Funprev, o equilíbrio financeiro do Funprev para dar garantia de aposentadoria a todos, o que mais causa espanto e me preocupa... E fiz, Sr. Presidente, três emendas a esse projeto, dando oportunidade para que se os Sindicatos das categorias que representam os funcionários públicos da Assembleia, do Poder Executivo, e do Poder Judiciário concordassem... porque o dinheiro é deles, não é meu, não é dos Srs. Parlamentares. Se eles concordassem, poderia ser da forma que está. Fiz outras emendas, uma delas retirando todas essas emendas que o governo quer tirar do projeto que aprovamos em 21 de dezembro de 2007, que não dá garantia nenhuma de aporte financeiro por parte do governo do Estado. Isso quebra a Previdência! Quebra a Previdência! Não podemos ter um ato de irresponsabilidade que vai quebrar a Previdência! Se não fosse

isso, o governo Paulo Souto não teria destinado dinheiro da venda da Coelba para cobrir o rombo da Previdência. Se não fosse isso, o governo Wagner não teria colocado, nos dois últimos anos, recursos financeiros para garantir a aposentadoria daqueles que a garantiram, através de 35 anos de serviços prestados ao Estado, seja através do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo. Tem essa opção, porque da forma como está, retirando todos esses itens não dá mais garantia porque diz que retira as dotações orçamentárias para cobertura do Funprev. Então, não pode, Sr. Presidente.

O que eu quero não é ter o poder de decidir sozinho. Sessenta e três parlamentares... O dinheiro não pertence a nós, não pertence ao governo do Estado, não pertence ao presidente da Assembleia, não pertence à presidenta do Tribunal de Justiça, pertence aos servidores públicos que tiveram, conforme determina a lei, trinta e cinco anos de serviços prestados para que tivessem direito à aposentadoria.

Então, é neste sentido que propus e continuo propondo que se faça uma discussão ampla com os servidores, para que tenhamos a garantia, deputado Waldenor Pereira, que os aportes financeiros continuarão sendo feitos pelo governo do Estado, porque esses aportes foram feitos... Por que não acatar então alguma emenda que dê essa garantia ao funcionário público? Estou aberto ao diálogo, deputado Waldenor, como tenho certeza de que V.Ex^a... E já disse aqui que não acredito que o governador Wagner e sobretudo os membros do PT, do PCdoB, que tiveram uma luta ao lado dos servidores públicos, fariam uma traição com aqueles que sempre estiveram ao lado deles, tirando-lhes a garantia de um futuro tranquilo quando vão se aposentar.

É neste sentido, prezado Líder Waldenor, que espero que nesta tarde de hoje possamos chegar a um entendimento que atenda não a nós parlamentares – esse não é um projeto político, é um projeto social, e a garantia da aposentadoria tem que preservada a qualquer custo, independente de crises passageiras. Temos que dar garantia àqueles que durante anos a fio lutaram pelo desenvolvimento e o crescimento do nosso Estado, e não é justo que na hora que mais precisam, na hora da aposentadoria não haja recursos para pagar os benefícios a que eles têm direito.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado Professor Valdeci. (Pausa) Na ausência, com a palavra o deputado Isaac Cunha.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Srs. Deputados, Sr. Presidente meu caro amigo Gilberto Brito, parabéns pelo discurso que foi feito há pouco, na sessão especial, na presença do secretário César Nunes, e pela proposição que foi feita naquele momento. Acho que o papel nosso nesta Casa, na realidade, é ser propositivo, para que possamos desenvolver um trabalho de ajuda e pelo qual nos foi colocado através dos votos aqui nesta Casa.

Srs. Deputados, na realidade, quero fazer uma denúncia. Vivemos um momento importante na Bahia. Temos um governo que em nenhum momento fez exceção de cor partidária para atender reivindicações na Governadoria - tanto os seus secretários

quanto o próprio governador. Enfim, é um governo que tem aberto espaço a todos. Mas fico indignado porque o nosso governo, buscando fazer o bem para a Bahia, encontra resistência em alguns municípios para que seja neles realizado um tal benefício.

Estive há pouco tempo em Jitaúna. Lá nós colocamos na meta do Programa Água para Todos os poços artesianos que estão sendo abertos para atender a uma comunidade carente que precisa do benefício. Mas o prefeito da cidade se negou, logo após a abertura do poço, a liberar que a Cerb construa o tanque para que aquela água localizada cujo poço foi aberto se torne viável à comunidade carente. Preocupa-me muito, porque estamos vivendo num estado democrático um momento importante da Bahia, encontrarmos resistência em algumas cidades. Se não me falha a memória, o nosso governador tem se colocado à disposição de todos. E ali naquele município o prefeito está se negando a fazer com que aquela ação governamental possa beneficiar a comunidade. Não podemos conviver com esse tipo de fato em nosso Estado. O nosso governo está aí para ajudar, contribuir, mas encontramos lá na ponta um gestor insensível à necessidade da comunidade.

Então, Srs. Deputados, quero levantar este protesto contra o gestor do município de Jitaúna. Tenho recebido queixas de que em outros municípios está acontecendo a mesma coisa não só com deputados da nossa base. Sou deputado do Partido dos Trabalhadores. Por estarmos próximos à Jitaúna, temos envolvimento com as cidades vizinhas. Porém encontramos resistência dum gestor em facilitar que o benefício chegue até a comunidade. Não podemos permitir que isso aconteça.

Fico indignado ao fazer esta denúncia contra o prefeito de Jitaúna, que tem se negado a atender à necessidade daquela comunidade só porque sou eu que estou levando aquele benefício. Não pode haver esse tipo de retaliação porque isso inviabiliza um projeto político que é benéfico à Bahia e também ao povo carente de Jitaúna. Não podemos permitir ações de gestores se negando a atender à necessidade das comunidades.

Quero registrar, Sr. Deputado Gilberto Brito, esta minha indignação e chamo atenção para o fato com o objetivo de que aquele gestor pense no benefício que estará trazendo à comunidade ao atender a necessidade duma região que é carente e precisa da atenção não só da nossa administração, mas também do prefeito do município, para que toda aquela comunidade seja beneficiada pelas ações do governo da Bahia, deste governo que faz a diferença em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo. V.Ex^a tem o tempo de 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FLHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa presente, Srs. das Galerias, desde a última semana, juntamente com o deputado Carlos Gaban, tínhamos chamado a atenção da Casa, principalmente dos deputados da base governista, no que tange à tentativa do governo, deputado

Gilberto Brito, de aprovar um projeto açodadamente, inclusive com o requerimento de urgência aprovado já no final da tarde. Creio que - e eu me incluo nesse rol -, sem saber, de fato, qual a intenção do governo na votação deste projeto de lei, pode comprometer a vida dos segurados do Funprev.

Para se ter uma noção da dimensão, da magnitude deste projeto, deputado Ferreira Ottomar, todos os cargos efetivos e comissionados do Estado baiano, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, poderão ver comprometidos ainda mais, deputado Waldenor, o Fundo de Previdência desses servidores. Como é sabido o Funprev é um fundo deficitário, todo mês compõe para o custeio do Funprev, para pagamento de pensionistas, aposentados e do total desses recursos, parte patronal, parte dos servidores, o Estado baiano aporta ainda para a complementação desse fundo cerca de 40%.

O governo enviou, no final do ano de 2007, uma lei com o objetivo de criar uma conta específica - é importante que esta Casa se atenha a esse detalhe -, uma conta específica, deputado Valdeci, para que, ao longo de 10 anos, parte desse aporte que o governo já faz fosse paulatinamente reduzindo com o objetivo de equilibrar, deputado Heraldo Rocha, a chamada continuidade autorial e financeira do Funprev, constituir essa conta específica de 2% da receita patronal e mais a chamada compensação financeira que nada mais é do que o encontro de contas deste com o Instituto da Previdência nacional. Há servidores e pensionistas que foram e que tiveram regimes próprios de previdência, distintos, e esse encontro de contas seria destinado a uma conta específica para, ao longo de 10 anos, deputado Heraldo Rocha, tentar fazer o equilíbrio necessário para a Previdência dos servidores públicos baianos.

Depois de um ano que a lei fora aprovada, no final de 2007, o Estado através dessa conta específica conseguiu arrecadar, fruto dessa conta específica, até dezembro de 2008, o valor de 60 milhões de reais. O que pretende o governo com este projeto, deputado Gilberto Brito, é retirar, pedir a autorização da Casa Legislativa para que possa dispor desse montante para pagar, e é de fato, aos próprios previdenciários. Em termos práticos é querer fritar o porco na própria gordura, deputado Gilberto Brito. Socorro-me dessa linguagem interiorana para que a Casa possa ter a compreensão de qual é o verdadeiro propósito do governo com a aprovação deste projeto.

É evidente, deputado Waldenor, é sabido mesmo que o governo baiano teve a intensão de mostrar que a realidade financeira da Bahia é equilibrada, estável, e dá mais uma demonstração da gravidade da situação financeira que neste momento se encontram os cofres públicos baianos.

Faço estas perguntas neste momento para que os Srs. Deputados e as Srs. Deputadas possam refletir: Não há outras fontes que possam efetivamente compensar essa dificuldade financeira? Será que o comprometimento do Fundo de Previdência, sacrificando a vida e a esperança de mais de 200 mil servidores, tem que ser utilizado neste momento no primeiro estágio em que vive a realidade financeira do Estado da Bahia?

Voltarei ainda hoje a apontar uma série de outras alternativas que poderiam ser dadas sem precisar mexer na Previdência do contribuinte baiano. Por isso, apelo ao bom senso desta Casa,. Hoje percebemos, já imaginávamos isso, que os sindicatos, deputada Fátima Nunes, não tiveram sequer, deputado Heraldo Rocha, conhecimento dessa matéria, e é importante que a Casa tenha tranquilidade, deputado Heraldo Rocha, deputado Waldenor Pereira.

O governo que se diz republicano, o governo que se diz democrático não poderá se furtar do debate, da transparência em relação a essa matéria para que os principais interessados, e não são os deputados, é bom que se saiba, deputado não contribui pra Funprev, quem contribui para Funprev são centenas e milhares de servidores do Poder Executivo, do Poder...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) Judiciário, do Poder Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios, que estão vendo passar à margem do debate a realidade e que comprometerá, ainda, o equilíbrio e a estabilidade do plano de previdência desses servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero apresentar uma moção de aplauso, e tenho certeza que V.Ex^a também haverá de concordar comigo, já que ontem o nosso ex-colega, deputado Emiliano José, colega nosso aqui da Assembleia Legislativa como deputado estadual, tomou posse como deputado federal e não poderíamos deixar de registrar aqui.

(Lê) “Emiliano José da Silva Filho, paulista de nascimento, escolheu a Bahia para fincar raízes, estudar, lecionar, exercer a cidadania participando ativamente da vida política e cultural. Por combater a ditadura, na Penitenciária Lemos de Brito foi encarcerado por longos quatro anos. Livre dos cárceres da ditadura militar, como ex-preso político anistiado poderia retornar a São Paulo, onde estavam seus familiares e onde mantinha relações políticas por ter sido vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Emiliano José da Silva Filho fez opção pela Bahia.

Aqui construiu sua família. Aqui passou a trabalhar nas redações dos jornais *Tribuna da Bahia*, *Jornal da Bahia*, nas sucursais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, revistas *Afinal e Visão*. Na imprensa alternativa de resistência participou de *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo e Invasão*. E até hoje mantém laços com a imprensa escrevendo regularmente para o jornal *A Tarde*, colaborando com a revista *Caros Amigos* e com a revista *Teoria e Debate*, da Fundação Perseu Abramo.

Na Universidade Federal da Bahia, Emiliano José se graduou na Faculdade de Comunicação como jornalista, onde obteve os títulos, de Mestre e Doutor.

Atualmente, é professor-doutor do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Por décadas tem formado alunos da Faculdade de Comunicação para o exercício crítico do jornalismo.

Emiliano José foi deputado estadual constituinte pelo PMDB em 1988, quando se notabilizou pela inclusão na Constituição da Bahia de artigos em defesa da cultura e da religião negra. Foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores em 2000 e exerceu novo mandato de deputado estadual entre 2003 e 2006, quando presidiu a Comissão para Assuntos da Comunidade Afrodescendente (CECAD), dedicando-se à luta contra o racismo. Também ocupou o cargo de Superintendente Adjunto do INCRA na Bahia e a função de Diretor de Pesquisas da Assembleia Legislativa da Bahia.

Em 1996 recebeu o título Cidadão de Salvador, proposto pela vereadora Yolanda Pires e bancada municipal do PT.

Seus mandatos parlamentares foram marcados pela intransigente defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa e pela defesa dos interesses das classes populares. Participou, portanto, ativamente, do movimento político e social que levou à vitória do governador Jaques Wagner.

Atualmente, integra o Conselho Estadual de Cultura.

Sua trajetória de vida justifica a concessão do título de Cidadão Baiano a Emiliano José da Silva Filho, jornalista, escritor, professor, militante político, defensor intransigente dos direitos humanos e das liberdades democráticas. Assim, homenagear o nosso amigo, companheiro, ex-deputado estadual, atualmente exercendo o mandato de deputado federal, Emiliano José, é reconhecer a sua relevância para a vida social, cultural e política da Bahia nas últimas quatro décadas, conferindo-lhe este título honorífico.

Vimos aqui, de antemão, apresentar uma moção de aplauso e já encaminhar, evidentemente, um pedido para que seja concedido o título de cidadão baiano ao nosso amigo, companheiro e deputado Emiliano José.

Quero aqui registrar o nosso aplauso porque ontem tomou posse na condição de deputado federal e agradeço ao deputado Waldenor pela espera, mas a missão era justa e tenho certeza que V.Ex^a também concorda com tudo o que foi dito aqui nessa Moção da Aplauso.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Zé Neto, não há nenhuma dúvida de que o deputado Emiliano merece todas as homenagens e muito engrandecerá a Câmara Federal com o seu mandato. Lamentavelmente, V.Ex^a usou um tempo inadequado para fazer essa homenagem. O deputado Emiliano merece que todas as homenagens a ele proferidas sejam usadas no momento oportuno. Então, por gentileza, V.Ex^a tenha mais cuidado quando pedir questão de ordem.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Grande Expediente.

Com a palavra, no Grande Expediente, o nobre deputado, Líder do Governo,

Waldenor Pereira, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero pedir a atenção, especialmente dos deputados Gaban e Gildásio Penedo Filho e ainda mais do Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, porque vou tratar, especialmente, do projeto que se encontra em apreciação nesta Casa, tanto é que votamos o requerimento de urgência para apreciação, votação e possível aprovação no dia de hoje. Na nossa avaliação, deputado Gaban, está faltando maiores esclarecimentos e informações para chegarmos ao entendimento, ao bom termo e aprovarmos esse projeto de interesse do Executivo baiano e, mais do que isso, de interesse do povo da Bahia.

Quero convidar todos os colegas, inclusive o deputado Zé Neto, meu companheiro de Bancada, para acompanhar os esclarecimentos que passarei a tecer neste momento.

Em primeiro lugar, caros colegas, deputados e deputadas desta Casa Legislativa, é importante destacar que no ano de 1988, por iniciativa do governo da Bahia, foi criado o Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos, conhecido popularmente como Funprev. Este fundo, criado em 1988, no ano de 1999 recebeu um aporte significativo de recursos oriundo da privatização da Coelba que, naquela oportunidade, foi privatizada por 1 bilhão e 63 milhões, e desse total 450 milhões foram destinados à criação desse Fundo de Previdência, aliás uma iniciativa correta, necessária, se não me engano do governo César Borges.

Em outubro de 2001, esses recursos, naquela oportunidade de 450 milhões, chegaram a somar 1 bilhão de reais depositados no Fundo; em 2001, deputado Gildásio Penedo, esses recursos estavam esgotados, ou seja, não foram suficientes para dar conta do pagamento da Previdência do Estado da Bahia.

Segunda informação importante, o orçamento da Previdência do Estado da Bahia soma 2 bilhões e 400 milhões de reais, e as receitas arrecadadas, do ponto de vista patronal e dos servidores, que somam 24% a.m, representam, deputada Marizete, 1 bilhão, 640 milhões aproximadamente.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Um aparte, deputado.

O Sr. Gaban:- Um aparte, deputado.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Estão inscritos, deputados.

Então, nós temos anualmente um déficit da Previdência da ordem de 650 milhões de reais. Isso quer dizer que o governo da Bahia, atualmente, aporta mensalmente em torno de 60 milhões para a cobertura do déficit da Previdência do nosso Estado.

Em 2007, já no governo Jaques Wagner, nós, deputados desta legislatura, aprovamos uma lei, por recomendação do Ministério da Previdência, criando um segundo Fundo de Previdência para o Estado da Bahia, o Baprev. Então, a partir de janeiro de 2008 nós passamos a ter o Funprev cuidando das pensões e das aposentadorias dos servidores admitidos até o ano de 2007. E criou-se, então, um novo fundo de previdência, denominado Baprev, para dar conta da previdência dos novos servidores admitidos a partir de 2008. Esses novos servidores, hoje, somam,

aproximadamente 6.500.

Portanto, o Baprev, esse novo fundo de previdência, é superavitário, até porque os servidores que o compõem têm 1 ano e quatro meses de admitidos, ou menos do que isso, no caso daqueles que foram admitidos posteriormente.

Então, temos no Estado um fundo de previdência deficitário, que exige, em média, R\$ 60 milhões por mês de aporte do Tesouro do Estado e temos outro fundo, o Baprev, que é superavitário, e que foi criado com a perspectiva, de certa forma, de se reestruturar o sistema previdenciário do Estado da Bahia. Aliás, outros estados da federação, por recomendação do Ministério da Previdência, tomaram medidas similares à que foi tomada pelo Estado da Bahia.

Peço a atenção dos companheiros para a explicação sobre qual é o objetivo do governo Jaques Wagner com esse projeto de lei que tramita nesta Casa. Quando da criação do Baprev, esse novo fundo de previdência, criamos também, inovação de nosso governo, uma conta capitalizada, que é como uma conta de poupança. Essa conta capitalizada tem como fonte de recursos 2% do Funprev da parte patronal e mais recursos oriundos da compensação financeira entre os regimes previdenciários do INSS e o Funprev.

O que quer dizer isso? Há servidores que vieram da iniciativa privada, que contribuíam para o INSS. Uma vez admitidos no serviço público, o INSS repassa para o Estado o recurso de compensação entre um regime e outro. Então, essa conta capitalizada, representa 2% do Funprev da parte patronal e mais essa compensação financeira entre os dois regimes previdenciários, INSS e Funprev.

Essa conta foi criada pelo nosso governo como uma conta de poupança para quê? Para reunir recursos que, no futuro – a lei determina 10 anos de poupança nessa conta capitalizada –, sejam utilizados para ajudar no pagamento do déficit do Funprev, que, é importante destacar, deputado Gildásio Penedo, é crescente e será maior do que os R\$ 60 milhões de hoje. Por quê? Como nós criamos o Baprev, e esse será superavitário, o Funprev, que está em extinção e se resume àqueles servidores admitidos anteriormente, tem a tendência de crescer seu déficit, ultrapassando os R\$ 60 milhões.

Portanto, a intenção do governo Jaques Wagner ao criar essa conta capitalizada foi reunir recursos. É como algum de nós abrir uma conta de poupança e guardar o dinheiro para, daqui a 10 anos, fazer o pagamento de alguma dívida que possa ter contraído.

Então, o que é que o governo está pedindo, solicitando da Assembleia Legislativa nesse momento? Está solicitando que possa sacar os recursos antes dos 10 anos, em 2009 e 2010, porque a lei estabeleceu 10 anos, para pagar exclusivamente despesas previdenciárias.

Esse recursos, hoje, somam quanto? Somam, aproximadamente, deputado Gaban, R\$ 70 milhões.

O Sr. Gaban:- Sessenta e três milhões...

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Não, 63 é o déficit. Mas a conta, reunida, soma, aproximadamente, R\$ 70 milhões de reais, mas são dados, isso não interessa.

Resultado, o governo está solicitando da Assembleia, nobres colegas deputadas e deputados, a possibilidade de utilizar esses recursos, 70 milhões, nos anos de 2009 e 2010 tendo em vista a crise financeira que todos estão acompanhando, que frustrou a arrecadação estadual. Nos 3 primeiros meses, tivemos uma frustração de arrecadação de aproximadamente 300 milhões de reais, e ninguém tapa o sol com a peneira. Houve, de fato, a redução da arrecadação e o governo precisa desses recursos para pagar os pensionistas, os aposentados, não é utilização de outra natureza, é para pagamento exclusivo de despesas previdenciárias. E está solicitando que seja utilizado nos anos de 2009 e 2010, exatamente no período sobre o qual a crise está se abatendo, já imaginando a repercussão da crise por um período maior, não excluindo a conta, a conta vai continuar existindo, mas estamos pedindo a permissão para que nesses 2 anos, 2009 e 2010, possamos usar esse recurso para ajudar no pagamento dos pensionistas.

É importante destacar, deputado Gaban, e quero falar com V.Ex^a com toda ponderação, porque este assunto também, na minha opinião, não merece politização partidária, esse recurso de 70 milhões aproximadamente, representa 0,3% do orçamento da Previdência para o ano de 2009. O orçamento da Previdência é de 2 bilhões e 400 milhões. Portanto a utilização desse recurso é para ajudar o pagamento da Previdência e não o contrário, e não para desestabilizar...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Está inscrito, deputado. (...) a Previdência. Aliás, mesmo que fôssemos utilizar esse recurso para outra finalidade, o que não é o caso, não teria condição de estabilizar a Previdência porque ele representa apenas 0,3% total do total do orçamento da Previdência para o ano de 2009.

A situação, para vocês terem uma ideia, é tão clara, que o recurso que temos na conta é suficiente para pagarmos o déficit só de um mês, porque o Tesouro do Estado tem que aportar todos os meses 60, 63, 65 milhões de reais para cobrir o déficit da Previdência. Esse total que está depositado na conta capitalizada é suficiente para o pagamento de um mês, um mês só, para vocês verem que não há nenhum perigo de desestabilização da Previdência, para vocês verem que até reconhecemos a legitimidade do discurso da Oposição, como o deputado Gaban já destacou aqui outras vezes, mas não há nenhum perigo, até porque o projeto é claro: usar o recurso exclusivamente para despesas previdenciárias. É para utilizar o recurso para pagar mesmo aos pensionistas, é para não criar nenhuma dificuldade no pagamento das aposentadorias.

Então, eu queria tranquilizar o deputado Gaban que tem sido um dos mais interessados no debate da questão, tranquilizar os deputados Gildásio Penedo e Heraldo Rocha, aos demais colegas, até da nossa Base, que têm nos procurado a respeito do assunto, de que a medida que o governo Jaques Wagner está tomando, em primeiro lugar, está solicitando utilizar um recurso que foi o nosso governo que criou. Essa conta capitalizada não existia no governo anterior, fomos nós que a criamos como uma conta de poupança para reunir recursos para nos ajudar, quando necessário, a cobrir despesas de um déficit que é crescente.

Ora, nós estamos precisando do recurso, é claro que estamos precisando. Há uma crise financeira, há uma redução de arrecadação e estamos precisando desse recurso nesse momento para os anos de 2009 e 2010. Nos anos seguintes, retorna a conta capitalizada.

Eu queria, inclusive, antes de conceder aparte aos colegas, dizer ao deputado Gaban, que recentemente aqui no plenário o convidei para um entendimento. Queria dar uma explicação que é importante a V.Ex^a primeiro, deputado Gaban: o artigo 2º do projeto de lei que propõe a exclusão, a revogação de vários incisos, tem acolhimento na lei 4.320 que V.Ex^a conhece, que é a lei geral de 1964 ainda que orienta a elaboração do orçamento público no Brasil.

Então, quando fizemos a proposição de revogação desses incisos, na verdade, fizemos em obediência a essa lei geral do orçamento, lei 4.320. Por que fizemos isso? Por exemplo, a revogação do Inciso I, gostaria que V.Ex^a acompanhasse nos artigos 5º e 7º, que fala dos recursos provenientes de dotações orçamentárias. Deputado Gaban, V.Ex^a já foi presidente desta Casa e sabe que dotação orçamentária é despesa, não é receita. Houve um equívoco na elaboração da lei em considerar dotação orçamentária como receita. É fácil V.Ex^a verificar na lei 4.320 que está errada a denominação recursos provenientes de dotações orçamentárias, porque o recurso só pode ser proveniente de receita e não de despesa. É uma primeira explicação que eu queria passar para V.Ex^a.

Em segundo lugar, quanto ao Inciso V que trata dos mesmos artigos 5º e 7º, que trata da reversão de saldos não aplicados... E outra coisa importante também, deputado Gaban, é que a lei 4.320 exige que a função, a dotação, seja específica; ela não pode ser genérica, tem que ser especificada, é uma exigência da lei 4.320. E, infelizmente, na nossa lei 10.955 que aprovamos aqui há, na verdade, uma denominação genérica, generaliza em algumas questões. Por exemplo: renda de juros e de administração de seus capitais, outros recursos extraordinários ou eventuais. A lei 4.320 exige a especificação de onde você está tirando o recurso e não outros recursos extraordinários.

Então, a intenção da Secretaria da Fazenda de incluir a revogação desses incisos foi muito mais para obedecer o que estabelece a lei 4.320, todavia tendo em vista a busca do entendimento, tendo em vista a busca do consenso, eu apresentei a V.Ex^a, e se V.Ex^a e a Bancada de V.Ex^a concordarem no sentido de chegarmos a um entendimento, nós vamos acolher, se chegarmos a um entendimento, naturalmente, a emenda de V.Ex^a que exclui esse artigo 2º com seus incisos. Nós acolheríamos a emenda de V.Ex^a, retiraríamos esse artigo e resumiríamos o projeto de lei apenas à permissibilidade, vamos chamar assim, de utilização da conta capitalizada nos anos de 2009 e 2010 para ajudarmos com o aporte de recursos para o cobrimento do déficit da Previdência.

Então, são esclarecimentos que considero importantes de serem passados para os colegas deputados, tanto da Oposição quanto da Situação, mostrando que não há nenhum perigo de desestabilização do sistema previdenciário baiano, até porque o valor é insignificante. O valor de 70 milhões, aproximadamente, representa menos de

0,3% do orçamento total da previdência do Estado. O que também justifica a nossa argumentação de não desestabilizar o sistema previdenciário. E, terceiro, é que o recurso - nós estamos pedindo a Assembleia para utilizar - é para ser utilizado na Previdência, é para despesas exclusivamente previdenciárias.

Então, queria prestar esses esclarecimentos, chamar realmente, estou convidando os colegas para o entendimento e assegurando que não haverá nenhum prejuízo para nenhum servidor público do Estado da Bahia. Pelo contrário, a nossa preocupação é a de aportar recursos para reduzir o déficit e garantir a estabilidade do sistema previdenciário do Estado da Bahia.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- O deputado Gildásio Penedo pediu primeiro. Posteriormente, passarei a palavra ao senhor; atendo-o com todo o prazer.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Nobre deputado Waldenor Pereira, agradeço o aparte de V.Ex^a, no qual procurarei contribuir para a discussão.

De forma muito serena e tranquila, diferentemente do que tentou passar o próprio secretário da Fazenda ao dizer que a situação do Estado é extremamente confortável, V.Ex^a afirma e assume, do alto do seu cargo de Líder do governo, a responsabilidade de dizer que, de fato, o dinheiro é para acomodar a dificuldade financeira que a Bahia vive nos momentos atuais.

V.Ex^a discorre, com grande propriedade, desde a criação do Funprev, referindo-se ao ano de 2007, quando houve a divisão Baprev e Funprev. O senhor reconhece que esse fundo é deficitário, já que a cada mês o Estado – mesmo com as contribuições patronais e dos segurados, mesmo com as compensações financeiras – ainda precisa aportar recursos para que ele tenha o equilíbrio necessário para custear as suas obrigações.

Mas o que chama a atenção, deputado Waldenor, é que, no primeiro momento de crise, na primeira dificuldade que o Estado tem, o governo escolhe, como forma de compensar essa perda de arrecadação, uma conta específica, que deveria ficar preservada ao longo de 10 anos – foi essa a sua finalidade – para dar um certo equilíbrio ao Fundo de Previdência estadual.

O nosso questionamento, deputado Waldenor, é, inicialmente, o porquê de esse assunto não ter sido debatido previamente, já que mexe com a vida de milhares de pessoas. Tive informações, V.Ex^a poderá me confirmar, de que são mais de 260 mil servidores – ativos e inativos – e pensionistas de diversos Poderes que estão envolvidos nesse dilema. Entretanto vimos nos jornais que até os representantes do sindicato não tinham conhecimento dessa alteração.

O prudente, deputado Waldenor, seria o governo, reconhecendo a grave crise econômica, debater com mais profundidade esse assunto. Quem sabe, deputado Waldenor – este é o nosso questionamento –, se não existem outras fontes que poderiam ser utilizadas neste momento. Por exemplo, como reserva de contingência do Estado, temos no Orçamento de 2009 cerca de R\$ 30 bilhões, e o governo poderia utilizar essa fonte. Há operações financeiras da Secretaria da Fazenda, deputado João Carlos Bacelar, que totalizam, no Orçamento de 2009, R\$ 4,7 bilhões.

Portanto, o nosso questionamento é o seguinte: se existem outras fontes que poderiam ser utilizadas para enfrentar esta realidade, por que mexer na estrutura do Funprev, sacrificando e comprometendo ainda mais o seu equilíbrio financeiro e atuarial? É esta a pergunta. Espero que V.Ex^a, deputado Waldenor, convencido desse absurdo que o governo propõe, retire a urgência para a apreciação deste projeto de lei, e assim possamos ampliar a discussão e encontrar uma solução que, de fato, sacie as necessidades dos cofres do governo do Estado neste momento.

É esse o apelo que faço.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Deputado Gildásio Penedo, parece que V.Ex^a parece não ouviu o nosso pronunciamento, porque acabei de apresentar, de forma ponderada, um histórico da criação do Funprev e do Baprev. Acabei de anunciar, em alto e bom som, com bastante clareza, que esta conta capitalizada foi criada pelo nosso governo como conta de poupança para, exatamente, atender a cobertura do déficit previdenciário que já vem de há muito. Não quero me aprofundar nesse ponto, mas já vem de há muito.

Em 2001, já não havia nenhum recurso na Previdência do Estado da Bahia. Acabei de destacar que todo mês o governo coloca de R\$ 60 a 65 milhões para cobertura do déficit previdenciário. Mas parece que V.Ex^a não entendeu o que destaquei com tanta tranquilidade, sendo até elogiado por V.Ex^a.

Queria dizer, deputado Gildásio Penedo, que o assunto foi tratado em duas reuniões no Conprev. Estou aqui com a ata e posso passar às mãos de V.Ex^a, para que tenha conhecimento, uma foi no dia 6 e outra no dia 23 abril, em dois momentos o assunto foi tratado, inclusive com convocação especificada, do ponto de pauta nas duas oportunidades. O Conprev, como V.Ex^a sabe, tem representação dos servidores que fazem parte dele, que assinaram também a ata, está aqui presente, e vou dar conhecimento a V.Ex^a.

O assunto foi tratado e discutido, vou até pedir desculpas ao deputado Gaban, porque o deputado Gildásio tomou o tempo todo, mas o deputado Gaban terá oportunidade também ao tempo, posso até ceder algum tempo a S.Ex^a, para ajudar na discussão, no debate, a respeito dessa questão.

Para concluir, Sr. Presidente, estamos apresentado os dados, prestando os esclarecimentos, elucidando com a maior clareza possível a intenção do governo e estamos também, de forma respeitosa, convidando os colegas para o entendimento, tendo em vista que estamos dispostos a acolher uma emenda do deputado Gaban que retira o art. 2º, que segundo ele, seria o motivo maior das suas preocupações.

Seriam essas as nossas palavras, agradeço a V.Ex^a pela atenção.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, pedindo a compreensão e a tolerância de V.Ex^a, porque vou ter que me ausentar, mas esse é um assunto importante pois trata da vida de todos os servidores públicos do Estado da Bahia, não só dos aposentados, mas

também dos que estão trabalhando.

Deputado Waldenor, com a compreensão de V.Ex^a, Líder da Maioria, do deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria e, naturalmente, da Presidência, queria usar esta questão de ordem para discutir um pouco mais este assunto, porque vou ter me ausentar, apesar de o Líder do governo dizer que pode até me ceder uns minutos, mas farei nesta questão de ordem, depois posso até formular alguma coisa, como é praxe na Casa, mas vou fugir um pouco e discutir o assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado, no tempo da questão de ordem, V.Ex^a reconhecendo que vai usar o tempo da questão de ordem para este objetivo...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, eu não poderia deixar de relatar a V.Ex^a o que eu iria fazer, porque seria uma descortesia com V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo, da Maioria, ou ao representante do PCdoB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarão, durante 5 minutos, respectivamente, o deputado Zé Neto e o deputado Gaban.

O Sr. ZÉ NETO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, deputado Rogério, há pouco, eu fiz uma questão de ordem e chamei a atenção para uma questão que dizia respeito ao deputado Emiliano, até entendi V.Ex^a na sua posição.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Minha posição foi reiterada agora.

O Sr. ZÉ NETO:- Quero dizer a V.Ex^a, deputado Rogério Andrade, que estamos acostumados, aqui nesta Casa, a parar a Casa quando morre um deputado, fazemos uma questão de ordem, pedimos 1 minuto de silêncio, como fizemos esta semana por duas vezes seguidas e, aí, lembramos do companheiro que se foi.

Em determinado momento, temos que pensar no Regimento, porque, quando pedi uma questão de ordem, foi para saudar um companheiro nosso, valioso, que ontem tomou posse como deputado federal, e isso acontece com outros deputados da Bancada de V.Ex^{as}, porque temos que ter disputa e temos que ter limite, temos que valorizar os nossos bons momentos...

Esta semana, V.Ex^a viu a imprensa enxovalhando o uso de indenizatórias. É para não usarmos, não haver indenizatória quem tem um mandato no interior, para quem tem o uso de escritório? Então, estão dizendo com outras palavras, não trabalhem, só vai trabalhar na política quem tem poder econômico. É isso, e eu não aceito isso.

Às vezes, nos acuamos demais, e o Tribunal de Contas manda o relatório que quer. Então, vamos abrir relatório de tudo agora, vamos começar a mexer nessas questões. Nós ficamos aqui acuados, temos que pensar como Casa, como deputados, eu me orgulho de ser deputado, de estar fazendo parte do tempo da política hoje no Brasil, na Bahia, neste instante, me orgulho disso, não tenho vergonha nenhuma de ser deputado nem aceito quando vejo, às vezes, o lugar-comum. Chega dessa história!

Então, Excelência, quero só lhe dizer que a minha posição foi não só valorizar

o Emiliano, de quem gosto, que conheço e respeito muito, mas também elogiar um ex-deputado estadual e hoje deputado federal.

E foi nesse mesmo tom, deputado Gaban – que fez algumas críticas ontem – que disse a Waldenor, ao conversarmos há pouco sobre esses assuntos, que existem coisas que não dão para se levar a ferro e fogo. Chegou do governo, veio para a nossa mão, há necessidade de corrigir, vamos corrigir. Há um equívoco, do meu ponto vista, no que diz respeito à interpretação desse projeto e Waldenor, que é o nosso Líder, também compreende assim. Chamemos o deputado Gaban e vamos conversar. Sabe por quê, deputado Gaban? Ontem, pediram-me para fazer uma mensagem para o Dia das Mães e – como sempre faço, gosto de escrever – e uma das coisas de que gosto na minha vida é escrever – veio-me a seguinte ideia: Minha Mariazinha, que é a minha filha de 3 anos, gosto quando ela está bem em casa. Não acho que seja só isto: a minha filha está bem, a nossa família está bem. E a Mariazinha que está lá no hospital, na fila? E aquela Mariazinha que tem um filhinho lá também, de plantão sentinela, esperando atendimento? Vamos ter que brigar por essas coisas que estão aí fora. Há disputa política? Há. Mas uma coisa é Estado, outra coisa é governo.

E aí, com relação a essa história da Previdência, quero dizer a V.Ex^{as} o seguinte: temos plena tranquilidade, deputado Bacelar, para dizer que, na Previdência, trabalhamos, e temos trabalhado, para recuperar esse tema, para trazê-lo para um suporte adequado administrativamente a fim de que tenhamos uma Previdência sem tantos ônus. Estamos pondo R\$ 63 milhões por mês na Previdência.

Deputado Rogério, não estamos fazendo isso à toa. O Funprev, no qual botamos 2% para capitalizá-lo, encontramos seco. Não vou aqui cair de culpa, não vou cair nisso. Agora, hoje, neste momento, temos condição, sim, de, neste momento de crise, que não é do governo da Bahia, do governo federal, mas é uma crise mundial, que atinge o Estado, porque atinge todos os poderes, a exemplo do Judiciário, que tem uma crise sem precedentes. Hoje, pela manhã, estava até discutindo essa crise do Judiciário, dos cartórios, a LOJ, que aqui aprovamos e não vimos o resultado que esperávamos. Então tem que se ter o bom senso de caminhar para o diálogo, a composição.

Deputado Gaban, as portas estão abertas! Deputado João Bacelar, deputado Elmar, enfim, todos vocês, vamos sentar, pois acho que a composição está próxima. Pode ter certeza de que temos que aprender um pouco mais com essa vivência da nova política de defender um pouco mais as instituições. Por isso, comecei a falar da nossa Assembleia Legislativa. Existem coisas que nós deputados temos que dar as mãos e dizer: não, é não assim como falam, porque não é assim como falam! Existem coisas que no Estado dá para compreender que dificuldades devem ser ultrapassadas...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Já encerrando, Sr. Presidente –, (...) com o interesse de defender o Estado da Bahia, que tem hora que tem deixar o lado do governo e buscar o que é bom para o nosso Estado.

Bahia, vamos para a frente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos, concedidos pelo PCdoB.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, inicialmente, quero agradecer ao Líder do governo, deputado Waldenor, por ter-me concedido este horário, já que tenho de me ausentar, pois existem alguns líderes me aguardando há algum tempo.

Mas, meu caro deputado Waldenor, ouvi atentamente as explicações e ponderações de V.Ex^a, e os números apresentados correspondem à realidade. Hoje, temos uma autorização de despesas – esse é o balanço do Suprev, de 2008 - de R\$ 2, 196 bilhões e uma receita de R\$ 1,6 bilhão, o que mostra que, efetivamente, é necessário que o governo aporte recursos para manter o equilíbrio entre a receita e a despesa.

Então considero, deputado Waldenor Pereira, um grande avanço a proposta de V.Ex^a de acatar uma das emendas, a que supre, na totalidade, o art. 2º do desse projeto de lei encaminhado pelo governo a esta Casa, o qual tem dois artigos: o primeiro refere-se à utilização dos recursos que existem nessa conta-poupança para que se dê o equilíbrio ao Funprev e o segundo seria aquele que me causaria também uma preocupação muito grande, e fico satisfeito com o fato de V.Ex^a e o governo do Estado terem entendido essa preocupação e retirado esse artigo 2º, acatando a minha emenda.

Eu tenho apenas, deputado Waldenor, e avalizando que foi já um grande avanço, o governo continuaria aportando os 2% mensais? Continuará. Isso já é um outro avanço também, porque da forma como estava, dava a entender, se não fosse revogado esse artigo 2º, que ele poderia não só não fazer o aporte, como também não teria a obrigação de fazer os 2% que foi fruto, deputado Waldenor, de um estudo que nós fizemos através do Conprev; eu represento, como V.Ex^a sabe, a Assembleia no Conselho de Previdência do Estado.

Nós contratamos à época, deputado Jota Carlos, uma empresa que mostrou que, se durante 10 anos o governo do Estado fizesse um aporte a mais, um aporte extraordinário de 2% ao mês, em 10 anos nós poderíamos ter o equilíbrio das contas do Funprev. Isso possibilitou, inclusive, que nós aprovássemos aqui nesta Casa, dia 21 de dezembro de 2007, a criação do Baprev para os novos integrantes que, através de concurso público, ingressarem no serviço público do Estado da Bahia, tivessem um novo serviço de previdência, com novas condições, semelhante ao do Bradesco, ao do Banco do Brasil, ao Albaprev, onde quem se aposentar vai se aposentar recebendo parte daquilo que depositou. Então é um fundo que não tem como ter o rombo que tem no Planserv.

Agora, não poderia tirar o direito adquirido dos funcionários. À medida que o governo tem a compreensão e retira o artigo 2º, é um tremendo de um avanço. O que poderia não ser uma tentativa, seria o ideal, mas também tem que ter a compreensão, pois é o ônus da pessoa que defende posições político-partidárias, da gravidade da

situação financeira que o mundo inteiro atravessa, e na Bahia não pode ser diferente.

O ideal para o funcionalismo público, já que o governo vai continuar colocando os 2%, é uma possibilidade de aproveitar os R\$ 63 milhões, tentar a alternativa de aproveitar esses R\$ 63 milhões, ou através de outras fontes, não sei, ou atrasar durante dois anos a curva atuarial: ao invés de cumprir em 10 anos, cumprir em 12, ficando R\$ 63 milhões e deixar de arrecadar esses 2% durante dois anos .. não sei São dados que só o Secretário da Fazenda poderia dar para que tenhamos os elementos necessários.

Mas eu concordo, deputado Heraldo Rocha, de qualquer maneira, na hora que retira o artigo 2º desse projeto encaminhado pelo governo do Estado, acatando uma das três emendas que eu apresento, se não me engano, foi a segunda emenda, já é um grande avanço. Já dá garantia, não só para os aposentados do Estado da Bahia, mas para os que serão os futuros aposentados, de que os aportes financeiros continuarão sendo garantidos. A única coisa que teria é, ao invés de 10 anos para ter o equilíbrio das contas do Funprev, nós teríamos então, um período de dois anos a mais. Atingiria o equilíbrio em 12 anos, já que a poupança que foi feita agora seria retirada.

São essas as colocações que faço, já é um grande avanço. Espero que até o final da tarde possamos entrar num entendimento para votar também esse projeto, já que também temos informações de que os funcionários públicos do Estado da Bahia, através do seu sindicato, estão se reunindo neste momento; também darão o posicionamento deles.

Eu acho que com essas informações que o líder Waldenor deve passar, se ainda não passou, para os funcionários públicos do Estado, que já foi acatada essa emenda revogando o artigo 2º, eu acho que é um grande avanço, independente do posicionamento deles poderemos sim, fazer um acordo aqui nesta Casa, na tarde de hoje.

Muito obrigado, mais uma vez, deputado Waldenor, pelo tempo que V.Exª me concedeu.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Obrigado, Sr. Presidente. Antes eu queria dizer que os dois deputados da Bancada que debruçaram-se sobre esse tema do Conprev foram os deputados Gildásio Penedo e o deputado Gaban. Debruçaram-se profundamente, estão discutindo, estão discutindo com as categorias; esse é o meu perfil, inclusive, de liderança e eu estou ouvindo as duas colocações, deputado Waldenor. V.Exª foi muito feliz, é esse o tipo de discussão que temos que ter, tecnicamente falando. Quero sugerir a V.Exª que essa discussão seja adiada, pois hoje recebi alguns *e-mails* das categorias, dos sindicatos, em resposta a correspondência enviada por mim pedindo que eles se posicionassem. Eu gostaria de pedir a V.Exª um prazo e de sugerir que esse projeto não fosse colocado em votação hoje.

Estamos discutindo, Sr. Presidente, inclusive gostaria de que V.Exª também

participe desse processo. Baseado nisso, Sr. Presidente, requeiro a V.Ex^a uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

Faço um apelo a V.Ex^a e ao Líder do governo, pois se trata de um assunto delicado, que realmente nos preocupa, que envolve 200 mil servidores. Concorde com o deputado Gildásio Penedo, temos algumas fontes que nos mostram a verdadeira situação, e tenho consciência da situação pré-falimentar do governo.

Ontem, chegou a esta Casa um projeto de lei com o fito de pedir mais um empréstimo ao BNDES, de cerca de R\$ 300 milhões, o que não é nenhuma benesse, é um empréstimo pelo qual o governo vai pagar juros. Já temos os R\$ 220 milhões tomados como antecipação de receita, R\$ 175 milhões, mais os R\$ 48 milhões tomados no Banco do Brasil. Sabemos que o Estado está numa situação difícil.

Tenho a impressão de que o deputado Walter Pinheiro deve ter feito alguma manobra na Fazenda que não deu resultado, e é ele inclusive que está falando pela Secretaria da Fazenda.

Então, faço um apelo a V.Ex^a, deputado Waldenor, para que possamos discutir mais e assim chegarmos a um consenso. De imediato, posso dizer a V.Ex^a que não há nenhuma posição nossa no sentido de votar contra ou a favor, mas não faremos acordo a respeito desse projeto no dia de hoje.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, diante da iniciativa do deputado Heraldo Rocha de solicitar uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão, quero, em primeiro lugar, convocar todos os colegas, deputados e deputadas da nossa Bancada, para se deslocarem, imediatamente, ao Plenário, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum.

Necessitamos de 21 Srs. Deputados, por isso quero convocar todos os colegas que se encontram nos seus gabinetes e nas demais dependências desta Casa Legislativa para se deslocarem, imediatamente, ao Plenário, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

Dito isso, quero responder ao deputado Heraldo Rocha que a nossa iniciativa de entendimento e de ponderação, infelizmente, pelo visto, parece que não encontrou guarida na Liderança da Minoria.

O Sr. Heraldo Rocha:- Não, deputado! Encontrou, sim!

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu subi à tribuna, dei as explicações de forma detalhada, minuciosa e ponderada, mostrando que, diferentemente do que está sendo anunciado, a utilização do recurso da conta capitalizada não causa nenhum perigo aos servidores públicos. Essa conta capitalizada representa 0,3% do orçamento do Funprev para o ano de 2009, trata-se de um recurso que será utilizado, exclusivamente, com despesas previdenciárias. Cheguei ao ponto de concordar com o acolhimento da emenda apresentada pelo deputado Gaban de retirar o artigo 2º, que revoga corretamente uma série de incisos, porque atende ao preceituado na Lei 4.320/64, que orienta o orçamento público de forma geral no Brasil, mas,

infelizmente, pelo visto, o deputado Heraldo, embora tenha delegado inicialmente a decisão para o deputado Gaban, recuou, mas quero insistir no entendimento, na busca da conciliação. Não sendo possível, vamos convocar nossa Bancada para votar, inclusive sem o acolhimento da emenda, porque não há nenhum perigo. Os trabalhadores não precisam ter nenhum receio. O governo da Bahia não seria maluco, desorientado para propor qualquer medida que prejudicasse o sistema previdenciário do nosso Estado.

O sistema da Previdência está perfeitamente coberto, garantido, portanto não há nenhum motivo de preocupação a respeito de qualquer alteração de desestabilização do sistema previdenciário do Estado da Bahia.

Por outro lado, também quero dizer ao deputado Heraldo Rocha que o nosso governo está tomando recurso porque tem condições para isso. Está buscando recurso, inclusive no BNDES, com juros subsidiados, e é uma decisão do governo federal. A Bahia está sendo o Estado mais beneficiário deste financiamento porque foi o Estado que mais se prejudicou com a crise internacional, tendo em vista a organização da sua economia, que tem o petróleo, os produtos petroquímicos como principais itens da sua produção. Por isso, o BNDES está disponibilizando 375 milhões de recursos para o nosso governo.

Sr. Presidente, queria pedir a V.Ex^a que, de igual forma, pudesse nos ajudar, convocando os parlamentares para se fazerem presentes imediatamente ao Plenário, tendo em vista esta solicitação de verificação de quorum de iniciativa do deputado Heraldo Rocha.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas da nossa base da Situação, por gentileza se desloquem até o Plenário, pois há uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão. Temos o interesse de ainda hoje apreciar, votar e aprovar este

importante projeto que vai ajudar o governo da Bahia a aliviar as dificuldades financeiras temporárias vividas neste momento de crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as} serão atendidos.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, no Salão Nobre, no Salão Deputado Nestor Duarte, que venham para o Plenário, tendo em vista que há uma verificação de quorum para continuidade da sessão.

Peço que zere o painel e que marque 15 minutos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar a visita dos estudantes do Colégio Estadual Duque de Caxias, nas Galerias Paulo Jackson, que faz parte do Programa Escola e Legislativo. Parabéns. (Palmas)

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, o Diário Oficial de hoje, no caderno do Poder Legislativo, publica a Mensagem nº 16/2009 do Exm^o Sr. Governador do

Estado, que encaminha a V.Ex^a o Projeto de Lei nº 17.968/2009, que autoriza o Poder Executivo estadual a contratar operação de crédito interno na forma que indica e dá outras providências.

O despacho de V.Ex^a determina que seja encaminhado este projeto de lei redimensionado às Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Entendo, Sr. Presidente, que não cabe a tramitação deste projeto também na Comissão de Infraestrutura, haja vista tratar-se de um projeto apenas de autorização de crédito, o que já é praxe nesta Casa no entendimento de todos os presidentes, inclusive de V.Ex^a.

Tenho aqui em minhas mãos, a Mensagem nº 16/2008, do governador Jaques Wagner, um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, operação de crédito externa até o limite de 30 milhões de dólares, destinado ao financiamento do Projeto Integrado da Bahia: Pobreza Rural - Projeto de Combate à Pobreza Rural no Interior do Estado da Bahia - Produzir III.” Com despacho de V.Ex^a, encaminhando às Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Tenho aqui a Mensagem nº 25/2008, do Exmo. Sr. Governador Jaques Wagner, do projeto de lei “*que autoriza o Poder Executivo a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externa até o valor equivalente a US\$ 409,000,000 (quatrocentos e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América) destinados ao financiamento do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROCONFIS*”, que V.Ex^a despachou no dia 21 de maio de 2008 às Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Não perdi muito tempo para trazer todos os projetos e tenho em minhas mãos a Mensagem nº 16/2007, de autoria do Exmo. Sr. Governador Jaques Wagner, do projeto de lei “*que autoriza o Poder Executivo a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externa até o limite de US\$ 21.000,000 (vinte e um milhões de dólares) destinados ao financiamento da segunda fase do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia - PGRH II.*” Tem o despacho de V.Ex^a, data de 08 de agosto de 2007, encaminhando o projeto às Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Tenho aqui do ano de 2007 um projeto - encaminhado ao então presidente, deputado Clóvis Ferraz, pelo governador Paulo Souto - “*que autoriza o Poder Executivo a contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, no montante de até US\$ 30,000,000 (trinta milhões de dólares americanos), destinada ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento das Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia - PRODECAR.*” Com despacho do presidente Clóvis Ferraz encaminhando às Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e

Orçamento.

Portanto, Sr. Presidente, não há cabimento nenhum, e acho que houve o equívoco de encaminhar à Comissão de Infraestrutura. Eu só peço que V.Ex^a retifique o seu despacho no sentido de mandar excluir da análise desse projeto que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito - o 17.968/2009, publicado no Diário Oficial de hoje - para que depois não se diga que a Oposição se calou, silente, em relação à matéria... E que ela seja encaminhada apenas às Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

É a questão de ordem que faço neste instante.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o governador Jaques Wagner me enviou o pedido de empréstimo e citou que as obras serão realizadas em infraestrutura. Geralmente, os deputados de oposição pediam para que passassem nas Comissões Temáticas o máximo possível. Quando eu era deputado opositor, sempre pedia isso.

Eu lhe confesso que por quanto mais Comissões passar, melhor. O deputado João Carlos Bacelar, salvo engano, questionou na semana passada que os projetos não estão tramitando nas Comissões. Fiz aqui um apelo ao deputado Waldenor Pereira e ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça para que agilizassem os projetos que tramitam nas Comissões. Então, quanto mais se passar por comissão, melhor.

O governador cita que os recursos serão executados na área da Infraestrutura. Consequentemente, tem que passar na Comissão de Infraestrutura. Seria uma incoerência da minha parte não passar nessa comissão, tendo em vista que o próprio governador disse que os recursos eram pra obras de infraestrutura, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, a mensagem do governador Paulo Souto que li e a que me referi aqui há pouco cita a Prodecar, a área da Agricultura, e não passou pela Comissão de Agricultura. A mensagem que li do governador Wagner é do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, e não passou na Comissão da Seca nem na de Agricultura. Cita aqui na mensagem o Sr. Governador. O outro programa, o Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural, da área da Secretaria da Agricultura, não passou pela Comissão de Agricultura.

Presidente, com o máximo respeito que tenho por V.Ex^a e todos os meus outros pares, aqui nesta Casa pode ter tudo. Só não tem besta. O besta ficou na suplência. O que acontece hoje é que a Comissão de Finanças e Orçamento é a mais independente deste Legislativo em função do posicionamento do PMDB nela. E é a única Comissão terminativa para projetos que autorizam a contratação de empréstimos.

Eu devo confessar a V.Ex^a que votarei favoravelmente, pois sempre votei favoravelmente a todos os projetos de contratação de empréstimos. Não há razão plausível para que modifique minha postura neste instante.

Mas V.Ex^a sempre invocou a praxe na interpretação do Regimento. Eu mostrei aqui três despachos de V.Ex^a e, no passado, despachos do deputado Clóvis Ferraz.

Se pesquisarmos, deputado Gaban – a Liderança da Oposição está pesquisando neste momento –, nunca, em momento algum, sob sua presidência ou a de qualquer outro presidente nesta Casa, passou-se projetos do tipo para outras comissões, pois a

Comissão de Finanças é terminativa. É tentar tirar da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle a autonomia de rejeitar o projeto, porque ela é a única terminativa e tem autonomia.

Portanto, Sr. Presidente, se V.Ex^a modificar o entendimento que teve ao longo dos mais de 2 anos em que preside esta Casa, o entendimento que todos os presidentes tiveram no passado, vamos ter que votar contrariamente e recorrer à Justiça, mas não por ser contra o mérito do projeto. Eu mesmo já antecipei que voto favoravelmente a todos os projetos de créditos externo, que não vou ser contra o Estado da Bahia, na situação financeira difícil porque está passando, receber recursos externos, ainda mais para a compensação de perdas de recursos do FPE.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. Elmar Nascimento:- Agora, tirar a autonomia da Comissão de Finanças e Orçamento é insustentável. Portanto, peço que mantenha o procedimento adotado por V.Ex^a, mantendo a praxe de todos os presidentes desta Casa de manter como comissão de mérito apenas a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a há de convir que cada presidente tem seu perfil de trabalho. Eu não sou um presidente autoritário. Acho que um projeto em que o governador assegura que o recurso vai ser investido na área de infraestrutura não passar pela Comissão de Infraestrutura é um equívoco. V.Ex^a tem o direito de recorrer da minha decisão e o Plenário decide. Agora, a decisão da Presidência é que deve passar pela Comissão de Infraestrutura.

Se, infelizmente, eu e outros presidentes cometeram esse equívoco, eu não vou cometê-lo mais. Porque um projeto de 400 milhões vem para a Casa, o governador diz que é para gastar na área de infraestrutura – inclusive, eu acho que é um direito da Oposição saber onde se vai gastar – e o presidente da Assembleia não deixar passar por essa comissão é um equívoco. Realmente, esse equívoco todos cometeram, inclusive eu, porque quanto mais o projeto passar por comissões, melhor.

E V.Ex^a acabou de falar com muita clareza, o que lhe é peculiar, que votará favoravelmente. Então, não é problema de Maioria ou Minoria, é problema de Justiça. Um projeto de 400 milhões que vai-se gastar na área de infraestrutura não passar pela Comissão de Infraestrutura acho que é um equívoco da Casa.

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu quero, na forma do Regimento Interno, recorrer da decisão de V.Ex^a, e requerer quorum de votação para o recurso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quando estiver na Ordem do Dia, eu colocarei para o Plenário o recurso de V.Ex^a, atendendo sua solicitação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Reiniciando os trabalhos, com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o do PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Falará, por todo o tempo, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, saúdo todos os presentes às Galerias Paulo Jackson, e quero dizer que hoje estamos tendo um dia bastante movimentado na Assembleia Legislativa. Há um projeto de grande importância para

ser debatido hoje, exatamente o projeto de lei nº 17.940/2009, enviado pelo governador do Estado.

O projeto não poderia ser mais transparente. É um projeto que vem, efetivamente, num momento de dificuldades. Ninguém, absolutamente ninguém, desconhece os efeitos da crise no mundo inteiro, no Brasil, na Bahia e nos municípios. E ela teve origem no coração do capitalismo, na maior potência econômica e militar do mundo, os Estados Unidos, que possui um PIB de US\$ 13 trilhões, mas que, ao mesmo tempo, tem uma dívida interna, externa e familiar no valor de US\$ 35 trilhões!

Vivemos em um mundo com uma economia extremamente fragilizada, financeirizada, que tem uma movimentação de recursos fictícios. Sabemos que o PIB mundial, hoje, é de aproximadamente US\$ 60 trilhões; mas também sabemos que as movimentações financeiras de papéis e ações são de US\$ 500 trilhões. Isso demonstra que é uma riqueza fictícia, uma economia financeirizada. Mostra, ainda, que o sistema capitalista, com sua forma irracional de acumulação de lucros, traz prejuízos para as populações do mundo inteiro. Principalmente num momento de crise como a que estamos vivendo hoje.

Mas não resta dúvida de que o Brasil enfrenta esta crise em melhores condições do que enfrentaria nos anos 90, durante a ofensiva neoliberal. O governo Lula encara esta crise com investimentos, com redução de impostos e de juros, com a construção de 1 milhão de casas populares.

O governo da Bahia a enfrenta da mesma forma, ou seja, com investimentos, fazendo com que o Estado dê continuidade ao seu processo de desenvolvimento, incentivando a atividade produtiva e atentando para as áreas sociais.

Portanto, esse projeto que o governo do Estado da Bahia manda agora, em meio a esta profunda crise mundial, é transparente, não esconde o que efetivamente está querendo. Ele vai utilizar, de acordo com o que determina esse projeto, o valor de aproximadamente R\$ 60 milhões para fins exclusivamente previdenciários. Exclusivamente! É importante ressaltar, nobres deputados Gildásio Penedo e Heraldo Rocha, dois estudiosos do assunto, que essa situação não é inusitada.

Sabemos que o Funprev acumulou, em 1999, R\$ 1 bilhão e 63 milhões, fruto do processo de capitalização com a entrega do patrimônio público, a Coelba – houve também a tentativa de entrega da Embasa –, mas todo esse dinheiro, 100%, nobre deputado Heraldo Rocha, foi usado em 2000.

Estou falando de um montante de R\$ 1 bilhão e 63 milhões utilizado no ano 2000 e, agora, de forma transparente, através de um projeto de lei que vem sendo discutido, foi informado no Conselho de Previdência do Estado da Bahia, no Conprev, por duas vezes, temos uma representação na Assembleia Legislativa que é do nobre deputado Gaban, e nas duas reuniões do Conselho da Previdência, infelizmente, o deputado Gaban não pôde comparecer. Nessas reuniões, foi informado, de forma detalhada, quais os objetivos, o porquê do projeto, quais as necessidades, de forma clara, transparente, e absolutamente nenhum conselheiro, nenhum membro do conselho questionou. Portanto, esse é um projeto que não nega o

que efetivamente quer, é um projeto claro, objetivo, para enfrentar a crise no sentido de beneficiar os próprios assistidos pela previdência do nosso Estado.

É um projeto que tem como objetivo utilizar recursos que foram construídos por este governo no sentido de resolver a crise da previdência no Estado da Bahia, a grave crise previdenciária baiana. O governo do Estado está buscando resolver essa crise, para isso foi feito um aporte, para isso existe essa poupança, da qual o governo, agora, propõe a utilização em uma situação emergencial, diante da conjuntura mundial que interfere também em nosso Estado. Portanto, acho mais do que justo esse projeto que vamos discutir aqui logo mais, sobre o qual vamos deliberar.

Tenho certeza de que os deputados Gildásio Penedo e Heraldo Rocha, pelo que estou percebendo, já estão se convencendo da necessidade desse projeto, tenho certeza de que o deputado Gaban também vai se convencer. Infelizmente, provavelmente, o deputado teve outros compromissos, não pôde comparecer às duas reuniões do conselho. Nessas reuniões, não houve nenhum questionamento, absolutamente nenhum. Portanto, é um projeto que está sendo discutido e que considero importante, transparente, emergencial, que busca resolver o problema da previdência em nosso Estado.

Conversando com uma das maiores lideranças do movimento do funcionalismo público, a camarada, companheira Marinalva, e ela, pessoalmente, como dirigente, afirmou que não se opõe ao projeto. Não estou aqui trazendo a posição da federação, porque não houve reunião com a federação, mas a posição dela, que é uma das maiores lideranças do funcionalismo, é favorável a esse projeto. Acho que esse é um ponto bastante positivo, a transparência, a reunião do conselho, o debate aqui na Assembleia Legislativa.

Portanto, está na hora, vamos votar esse projeto, o deputado Gildásio Penedo está se convencendo e, sem dúvida nenhuma, vai votar favoravelmente, o Líder da Oposição, deputado Heraldo Rocha, vai refletir e apoiar esse projeto, porque é para o bem da Bahia, para o bem dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarão, durante 5 minutos, respectivamente, o deputado João Carlos Bacelar e o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o secretário da Segurança Pública esteve, hoje, aqui na Assembleia, participando de uma sessão da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

No que tange à área operacional, não posso negar que o secretário se saiu muito bem. Entretanto, deputado Heraldo Rocha, duas coisas me chamaram a atenção nessa sessão: o Sr. Secretário de Segurança não tem o respeito da Polícia Militar nem

a comanda.

Toda a cúpula da Polícia Civil acompanhou o Sr. Secretário da Segurança. Estavam aqui os delegados titulares das mais importantes delegacias de Salvador e Região Metropolitana, mas não veio nem sequer um oficial da Polícia Militar para assistir à explanação do Sr. Secretário.

Um sargento, fardado, que estava no Plenário, recebeu orientação para se retirar quando o secretário começou a falar. O sargento Absolon me disse: “Não direi o nome da autoridade que o mandou se retirar!” Mas até um sargento, fardado, que estava no Plenário recebeu orientação para se retirar quando o secretário da Segurança começou a falar para mostrar que a Polícia Militar não reconhece no Dr. César Nunes autoridade para comandá-la.

O Sr. Secretário disse que a meta número um da sua pasta é a integração das polícias. Logo, se ele não atende a meta básica, que é a Polícia Militar acompanhá-lo, imaginem as questões da segurança! Este foi o grande sinal da reunião de hoje: o divórcio total da Polícia Militar com a política de segurança do Estado. Nem um oficial sequer esteve no Plenário, enquanto estava presente a ele toda a cúpula da Polícia Civil. Deputado Heraldo Rocha, essa foi a primeira conclusão.

A segunda análise que gostaria de fazer para o conjunto mais ampliado de deputados refere-se ao momento em que Sr. Secretário foi interpelado sobre atos de resistência – deputado Heraldo Rocha, são antigos defensores dos direitos humanos – e respondeu: “Assino embaixo, porque estou aqui para enfrentar bandido”. O Sr. Secretário só faltou dizer que bandido bom é bandido morto, entretanto não respondeu por que a polícia baiana, em 2009, está matando, em média, duas pessoas por dia! Duas pessoas, por dia, a polícia da Bahia mata, em média!

Será que a política de segurança de Wagner – que já sinalizou que, para resolver o problema de Itaparica, enviou o delegado Magalhães, se baseia nos métodos desse delegado? Nada contra o delegado Magalhães, mas ele foi ofendido diversas vezes e teve o seu trabalho criticado pela bancada do PT. Agora, ratificando que a política de Wagner, na área de segurança, segue os ditames desse delegado, vemos o Sr. Secretário quase a dizer, literalmente, que bandido bom é bandido morto.

Concluindo, Sr. Presidente, nada mais distante da prática no governo do Estado do que o discurso de Wagner durante a campanha eleitoral.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho pelo tempo de 5 minutos.

O SR GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, galerias, volto novamente a abordar o assunto relacionado ao projeto de lei nº 17.940/2009, que tramita em regime de urgência nesta Casa e tem por objetivo alterar recursos do Funprev. Eu gostaria de ter o presidente da Casa neste momento no plenário, para que eu possa abordá-lo como presidente da Instituição, representante maior do corpo de funcionários desta Casa, já

que o deputado Álvaro Gomes relata que os dois representantes que compõem o Funprev, que são os deputados Carlos Gaban e Zé das Virgens, ex-deputado, hoje prefeito de Irecê, não estiveram presentes na reunião que, segundo ele, deliberava sobre essa matéria.

Então, efetivamente, o Poder legislativo não se manifestou, deputado Heraldo Rocha, através dos seus representantes, acerca desse assunto. V.Ex^a, deputado Waldenor, como homem detentor de um conteúdo que inveja a Casa, sabe que o Funprev representa e totaliza cerca de 260 mil servidores ativos, inativos e pensionistas espalhados pelos diversos órgãos do nosso Estado, desde o Ministério Público estadual, representantes do Poder Legislativo estadual, e é importante saber qual o posicionamento da Casa. Não é possível e não cabe neste momento que venhamos a mexer nesse fundo específico que totaliza cerca de 70 milhões de reais, deputado Waldenor, e V.Ex^a na defesa que fez colocava que era um valor que se tornava quase inexpressivo, em função do aporte que o Estado já faz mensalmente.

Ora, se inexpressivo é, por que então não deixá-lo ser capitalizado com o propósito que foi instituído pela própria lei de 2007? É importante que a Casa tenha conhecimento, deputado Waldenor, nós temos outras fontes, outros recursos que poderiam ser neste momento alocados ou transferidos para que o Estado possa cobrir sua difícil realidade financeira.

Temos, por exemplo, deputado Waldenor, na rubrica de encargos gerais: são mais de 5 bilhões de reais que estão lá reservados, deputado Adolfo Menezes, 5,7 bilhões de reais que poderiam ser removidos para suprir essa deficiência. Temos, por exemplo, reserva de contingência, deputado Heraldo Rocha, que é justamente a reserva estratégica que o Executivo elabora na peça orçamentária para numa eventual dificuldade ter condições dessa mobilidade. Mas por que mexer na vida e no sonho de 260 mil servidores públicos ativos e inativos do nosso Estado, deputado Waldenor?

Repito as palavras colocadas hoje na imprensa, em grande jornal de circulação nacional, da representante da Fetrab: ela diz diz que não tem conhecimento da matéria, deputado Waldenor. Não é concebível que um governo que se coloca a todo momento como governo republicano, governo democrático afeito aos debates, à discussão, queira neste momento mexer na poupança, deputado Waldenor, na capitalização dos servidores, no Funprev, sem uma ampla discussão. A Oposição, quero adiantar-lhe... Já estive conversando com o deputado Heraldo Rocha, que, como Líder, tem toda boa vontade. O governo de fato reconhece a gravidade. A Oposição está apta a colaborar, aliás como tem sido sempre o nosso papel nesta Casa. Agora, não mexendo e sacrificando o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia. Nós temos outras fontes de receita, deputada Marizete, que poderiam ser, neste momento, discutidas. Já lhe dei exemplo de três fontes que poderiam ser amplamente utilizadas, deputado Heraldo Rocha. Eu não entendo por que, neste momento, sacrificar um fundo de previdência, que, todos nós sabemos, já é deficitário, já é comprometido financeiramente, deputada Marizete. E o Estado quer agora criar mecanismos e utilizar R\$ 70 milhões, deputado Heraldo Rocha, que, ao longo de 10 anos, poderiam diminuir e conseguir, quem sabe, o chamado equilíbrio

atuarial-financeiro do Fundo de Previdência.

É lamentável que o governo, mais uma vez, no primeiro momento, na primeira manifestação clara, deputado Waldenor, e V.Ex^a coloca aqui com tranquilidade, o governo de fato... E nós sabemos, aliás, a Bahia toda sabe, deputado João Carlos Bacelar, e o governo tem hoje a humildade de, através de seu Líder, reconhecer a gravidade financeira do Estado. Os empresários, estão demitindo funcionários porque estão há seis meses sem receber um real do governo baiano, deputado Adolfo Menezes. As empresas estão paralisando... Estive recentemente na Chapada Diamantina entre Ipirá e Itaberaba: há um ano a estrada está sendo reconstruída e praticamente não há mais maquinário. As empresas diminuíram o sistema de trabalho, comprometendo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluindo, Sr. Presidente.

Então, é importante, deputado Waldenor, que nós tenhamos tranquilidade. A Oposição colabora. Agora, efetivamente, não vai concordar que se mexa na poupança que não é... O deputado Waldenor coloca aqui como “o nosso governo está fazendo...” A poupança não é do governo. A poupança é do servidor, independente de posição política de governo no momento, e não poderia e não poderá ser sacrificada neste momento a fim de compensar a chamada perda de arrecadação.

Portanto, a Oposição colabora, mas, efetivamente, há um limite entre o que pode ser feito e o que o governo quer propor neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra...Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, estamos aqui discutindo, e os últimos pronunciamentos, são dois pronunciamentos importantes: um dizendo que o secretário da Segurança não comanda a Polícia – o que é grave para um Estado que vive sob o regime do medo; e o outro as questões que o deputado Gildásio Penedo levanta em relação ao Funprev. Por isso, solicito a V.Ex^a uma verificação de quorum.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do nobre Líder Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado João Carlos Bacelar, quero imediatamente convocar todos os colegas deputados e deputadas da base do governo para se deslocarem até o Plenário, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da persente sessão. Convocamos todos os colegas deputados e deputadas para se fazerem presentes imediatamente no Plenário tendo em vista a solicitação de verificação de quorum.

Todavia, Sr. Presidente, queria dirigir-me ao meu colega que admiro muito, deputado Gildásio Penedo, e dizer-lhe que o discurso dele não é um discurso responsável. Não é um discurso responsável, o que ele fez há pouco, porque não há

nenhum perigo, deputado Gildásio Penedo, já afirmei para V.Ex^a, já apresentei os dados, inclusive financeiros, nenhum perigo, nenhum servidor pode ter qualquer receio de que a possibilidade de utilização desse recurso da conta capitalizada – que nós criamos, foi nosso governo que criou – possa causar qualquer prejuízo aos servidores públicos do Estado da Bahia. V.Ex^a pode dispor dos dados, fazer a conta que 63 milhões de dois bilhões e 400 não vão desestabilizar nenhuma previdência. Aliás, pelo contrário, esse recurso é para ser utilizado exclusivamente com despesas previdenciárias. Portanto, V.Ex^a que é um brilhante deputado, quero inclusive retribuir os elogios dirigidos a mim, e também, modéstia à parte, como eu, estudioso, não pode fazer um discurso dessa natureza, de tentativa de desestabilização dos servidores públicos, porque não há qualquer iniciativa do governo nessa direção. Utilizar uma conta capitalizada, criada pelo próprio governo, uma conta que foi criada para aportar recursos para para um déficit da Previdência que foi gerado desde o governo de V.Ex^a. V.Ex^a sabe disso! Em 2001, não havia um centavo mais na conta da Previdência, depois de ter sido aportado em 1999 o valor de R\$ 450 milhões com os recursos da privatização da Coelba!

Então, vamos ser obrigados a fazer um discurso mais duro, vamos ter que aprofundar o discurso a respeito da Previdência no Estado da Bahia, e mostrar que a Previdência quebrou desde o ano de 2001, desde aquele ano que a Previdência está quebrada no Estado da Bahia. O governo Jaques Wagner está aportando todo mês R\$ 60 milhões de uma Previdência que não fomos nós que quebramos, deputado Gildásio Penedo! Não fomos nós! Então, vamos aprofundar esse debate, essa discussão.

Portanto, queria convocar todos os colegas, deputados e deputadas da nossa base, para aprofundarmos o debate a esse respeito. Já que não há entendimento, nem diálogo, vamos aprofundar o debate no que diz respeito à Previdência da Bahia e mostrar claramente a realidade à imprensa, os dados aprofundados, minuciosos, cobrar informações sobre o destino dos recursos, o que aconteceu com os recursos. É importante que V.Ex^a possa abrir esse debate: por que os recursos depositados em 1999 haviam desaparecido em 2001? Vamos querer saber e vamos buscar esse debate, essa discussão, da forma mais qualificada possível, já que é o desejo de V.Ex^a discutir a questão previdenciária do Estado da Bahia.

Quero convidar todos os colegas, deputados e deputadas da nossa base, para se fazerem presentes ao Plenário, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão, pois pretendemos debater com profundidade a questão do sistema previdenciário do Estado da Bahia. E apresentar as atas. Já apresentei ao deputado Gildásio Penedo atas de duas reuniões acontecidas a esse respeito, às quais o deputado Gaban não estava presente. Ele foi convidado por protocolo, o convite foi entregue no seu gabinete. Está aqui comigo para lhe mostrar. Posso mostrar agora mesmo ao Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha.

Então, vamos aprofundar a discussão, o debate, vamos convocar a nossa Bancada, inclusive ponderei quanto ao acolhimento de uma emenda importante do deputado Gaban na flexibilização do entendimento, e infelizmente, já que não há essa

expectativa, convido todos os colegas, deputados e deputadas, para se fazerem presentes, pois há uma solicitação de verificação de quorum de continuidade da presente sessão. Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a possa nos ajudar, convocando todos os colegas deputados e deputadas. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quorum para a continuidade da sessão. V.Ex^{as}, que se encontram em seus gabinetes, nas dependências desta Casa, solicitamos as suas presenças. Existe um pedido de verificação de quorum.

Pediria para marcar no painel os 15 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, quero aproveitar esse tempo, enquanto os nossos deputados e deputadas vêm ao Plenário registrar presença, atendendo ao chamado do nosso Líder Waldenor Pereira, porque existe uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão, queria aproveitar para registrar a nossa satisfação hoje pela manhã, quando acompanhamos o nosso governador até a cidade de Abaré, onde inauguramos uma adutora e vimos lá a alegria e a felicidade do povo do sertão, que agora tem água limpa, tratada, de qualidade na torneira.

E nestes dias, nesta semana em que se iniciam as comemorações do Dia das Mães, portanto, das mulheres, nada mais justo e nada mais nos alegra do que tirar a lata d'água da cabeça e garantir água na torneira, água limpa, o que vai garantir também saúde para as famílias de 11 localidades do município de Abaré. Tivemos a felicidade de acompanhar aquele evento com o nosso Líder, deputado Paulo Rangel, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, o deputado federal João Bacelar, os secretários Rui Costa e Adeum Sauer e o diretor da Cerb, Dr. Cícero.

Mas a nossa satisfação maior é porque, além de levar água, levamos o conhecimento com a inauguração de uma escola. E quero aproveitar esta oportunidade para registrar nesta Casa os meus parabéns à diretora, à vice-diretora e aos alunos, que prepararam uma bela dramatização com o conteúdo do que significa a educação. A educação que prepara o cidadão para agir na sociedade transformando-a e garantindo cada vez mais condições de vida e dignidade, sobretudo neste momento novo em que comemoramos o enriquecimento da cidadania, da democracia e da participação popular. Foi esse o tema que aquela juventude apresentou no teatro, acompanhado pela banda de música que tocou o Hino Nacional. Portanto, foi um evento em que tivemos a cultura, a arte, o conhecimento e a certeza dos benefícios sociais, tanto na garantia do acesso à água como na da elevação do conhecimento. tão necessário para o desenvolvimento de uma sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente e caro deputado Waldenor Pereira, solicitaria que

fosse encerrado o encaminhamento da votação deste projeto hoje. Acabei de mostrar ao Líder Waldenor que houve um engano do governo quando encaminhou este projeto de lei, que tem a seguinte redação: *“altera dispositivos da lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, *faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º - O atual parágrafo único do art. 7º da Lei nº 10.995, de 21 de dezembro de 2007, mantida a redação atual, ...”

E vai.

Quando vai para o art. 2º, há o mesmo equívoco: *“Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 10.995, de 21 de dezembro de 2007: ...”*

A lei nº 10.995 trata-se duma lei de utilidade pública para uma associação. Vem do projeto de lei que estruturou o Funprev e criou o Baprev. Desta forma, eu mesmo considero, deputado Waldenor - e já o disse de público -, um avanço de V.Exª, que é o Líder da Maioria aqui na Casa, e notoriamente do governo estadual acatar uma das emendas que fiz revogando o art. 2, pois tiraria a insegurança dos servidores públicos do Estado da Bahia no que concerne aos seus direitos quanto à garantia dos benefícios no futuro.

É um grande avanço. Estou trabalhando e poderei ajudar no que for preciso. Mas a este projeto, Sr. Presidente, não pode dar andamento porque tem erro no inicial, então, está alterando artigos de projetos que são de uma associação e não do que trata o Baprev.

Então, dessa forma, solicito que seja encerrada a presente sessão extraordinária que tem única e exclusiva finalidade votar o projeto de lei 10940/2009, que infelizmente, por pequenos dois lapsos, está alterando o artigo da lei 10995 tanto no seu artigo 1 como no artigo 2, que comprometem totalmente o projeto encaminhado pelo Exmº Sr. Governador.

Há a necessidade de novo reenvio e acho que isso aí, Sr. Presidente interino, prezado Líder Waldenor, até o motivo que me parece, como eu tinha dito antes na hora que me ausentei, ausentei-me porque havia algumas lideranças que estavam me aguardando e tinha que atendê-las, não ouvi os pronunciamentos aqui, fiquei extremamente grato por V.Exª ter conseguido o horário, muito gentil da parte de V.Exª, como sempre, com a minha pessoa, da própria base do governo. Mas, lamentavelmente, na hora em que eu estava lá que vi esse lapso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, desculpe-me, mas é que estava atendendo aos diretores da Casa.

O Sr. Gaban:- Deputado Marcelo Nilo, gostaria de relatar que, felizmente, hoje começou a ter um avanço nas negociações aqui nesta Casa que viabilizaria votar esse projeto ainda hoje, já que teria sido acatada a revogação do artigo 2º, mas ocorreram dois equívocos quando do envio da mensagem do Exmº Sr. Governador para esta Casa, no artigo 1º, diz a mensagem dele, o atual parágrafo único do artigo 7º da lei 10.995 de 21 de dezembro. A lei 10995 trata de uma associação de utilidade pública. O artigo 2º da mesma forma: ficam revogados os seguintes dispositivos da lei 10.995.

Então, infelizmente, um erro de digitação que compromete, acredito eu, o projeto, porque essa lei é de uma associação, um projeto de utilidade pública, então, não tem sentido dar mais andamento à sessão de hoje por esse fato que altera substancialmente o que iríamos discutir nesta tarde.

Mas acho, Sr. Presidente, concluindo, que é motivo para voltarmos a negociar, acho que tem tudo pra se chegar ao entendimento com esse projeto, as categorias, pelo que nos consta, estão reunidas, não sei porque saí e estava tratando de outro assunto, mas, infelizmente, esse processo que eu estava já me considerando um pouco satisfeito por ver avanços. Acho que o papel desta Casa, deputado Waldenor, é discutir, é tentar chegar a um entendimento, se tem informações que não sendo encontradas... E o gesto que V.Ex^a teve hoje, mostrando a revogação com a autorização, naturalmente, do governador, ser no sentido de que não teria má intenção com o funcionalismo público, o que eu sempre defendi, não acreditava que isso acontecesse, mas infelizmente, com a falha de vício de iniciativa, já que menciona projeto errado, não tem como, infelizmente, continuarmos. Podemos continuar a discussão hoje, mas a sessão acho que deve ser interrompida.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, quero lamentar esse comportamento do colega Gaban, respeitosamente, porque o debate está acontecendo no mais alto nível. Nós tivemos a oportunidade, aqui, hoje, até rara, deputado Gaban, de debater um projeto com profundidade.

Todavia, queria chamar a atenção do deputado: o deputado pode acompanhar, na mensagem que o governador encaminha, deputado Marcelo Nilo, o projeto é discriminado com o número correto, de 10.955, na mensagem do governador, o projeto de lei, no caput do artigo também discrimina corretamente a alteração dos dispositivos da lei 10.955. Houve um erro de digitação dentro do artigo 2º, quando, por equívoco de quem digitou trocou o nove por um cinco, apenas isso, porque na mensagem governamental que foi encaminhada pelo governador o número da lei está correto, no caput do projeto de lei o número da lei está correto, Sr. Presidente. É inacreditável, sinceramente, que se queira retirar um projeto de lei por um erro de digitação, uma troca de um número apenas.

Portanto, Sr. Presidente, quero, nessa questão de ordem, lamentar a tentativa da Oposição de querer retirar um projeto, quando, através de emenda de relator, nós poderemos corrigir esse erro de digitação. Tanto na mensagem quanto no caput do projeto de lei há discriminação do número correto da lei, na mensagem do governador e no caput do projeto de lei, o equívoco se dá apenas dentro da discriminação do art. 2º.

Portanto, não procede, não cabe essa questão de ordem e eu gostaria, realmente, de ouvir V.Ex^a, Sr. Presidente, quanto a essa questão, tendo em vista a improcedência dessa questão de ordem que tenta impedir a votação do projeto que já foi por demais elucidado, esclarecido de forma ponderada. Inclusive, fiz hoje essas

ponderações, convidei a Minoria para o entendimento, para a conciliação, cheguei ao ponto de concordar com o acolhimento de uma emenda do deputado Carlos Gaban, e na minha opinião a Oposição está extrapolando, realmente, das suas funções, tendo em vista que essa questão não encontra acolhimento no Regimento do funcionamento desta Casa.

Portanto, quero condenar, refutar, lamentar o comportamento da Oposição de querer retirar o projeto por um erro de digitação.

Essa é a nossa questão de ordem, Sr. Presidente e agradeço a V.Ex^a pela tolerância.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu entendo que assiste a razão ao deputado Gaban. Trata-se de uma questão de constitucionalidade. Ao ser submetido, qualquer projeto de lei, à Comissão de Constituição e Justiça sob o aspecto da constitucionalidade e sob os aspectos da legalidade e do aperfeiçoamento formal da norma, um projeto que é de iniciativa exclusiva do Executivo, ele não pode ser modificado pelo relator na Casa para corrigir, tem que ser devolvido ao presidente.

Peço a V.Ex^a, em caso de dúvida inclusive, que encaminhe à Procuradoria da Casa para emitir parecer, para que não se vote um projeto e daqui a pouco não valeu nada o trabalho que foi feito aqui, porque é um projeto em função constitucional de reforma administrativa do Estado, de iniciativa exclusiva do Sr. Governador e que, portanto, não pode ser modificado pelo relator para corrigir um erro de redação. É um lapso, o projeto tem que ser devolvido para que o Sr. Governador encaminhe da forma correta, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel, depois V.Ex^a, deputado Gaban.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, quero, nesse momento, corroborar, eu diria não com a preocupação do deputado Waldenor Pereira, mas corroborar aqui com o sentimento do deputado em relação ao tratamento que vem sendo dado pela Oposição naquilo que diz respeito à discussão desse projeto.

Está bastante claro, Sr. Presidente, que houve um erro de digitação. Na mensagem do governador ele deixa claro qual é o projeto, se existe qualquer erro, qualquer problema ele se limita, simplesmente, a uma intervenção profissional. Agora, querer fazer disso um cavalo de batalha, num momento, inclusive, em que acatamos a emenda do deputado Gaban, eu acho isso um grande erro. Acho que nós temos conduzido os trabalhos aqui nesta Casa da melhor forma possível, sempre primando por um entendimento entre Oposição e Situação. Quero, inclusive, frisar que em muitos momentos aqui a oposição teve o comportamento de muita compreensão.

Portanto, queria apelar aqui à oposição para que fizéssemos um acordo e

déssemos continuidade a sessão. Eu acho que cabe à oposição obstruir, se for o caso, discutir o projeto ao máximo. Mas não podemos, de forma alguma, devido ao erro de digitação quando na mensagem está bastante claro o que se pretende, no “caput” do projeto está bastante claro não podemos, de forma nenhuma, inviabilizar a discussão no dia de hoje.

Eu apelo para que a oposição seja compreensiva e peço que V.Ex^a, neste momento, dê andamento a sessão. E se tiver que dirimir alguma dúvida, cabe à presidência.

Então, que V.Ex^a arbitre, neste momento, sobre essa questão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Waldenor e Deputado Paulo Rangel, eu sinceramente lamento profundamente que V.Ex^{as} tenham entendido isso como um ato de desaforo ou coisa parecida. Eu não sou de cometer ingratidão com as pessoas que são corretas comigo. V.Ex^a hoje, Deputado Waldenor, foi extremamente correto, não tinha nenhum tipo de obrigação de me ceder um horário que pertence a liderança da Maioria na Casa. Mas, por respeito mútuo que sempre tivemos, V.Ex^a foi cordial, está procurando aqui na Casa o diálogo, inclusive já tinha conversado comigo antes que eu assumisse a tribuna, no primeiro pronunciamento que fiz, dizendo que já havia pré-disposição do governo, até para evitar má interpretação com relação a esse projeto, em acatar uma das emendas que fiz revogando o artigo 2º.

Achei um tremendo avanço e disse, já dá para conversar e vamos trabalhar, irei trabalhar para a aprovação. Eu lhe confesso que em nenhum momento imaginei que tinha esse lapso. Na hora que estava voltando lá do gabinete, depois de atender as pessoas que disse que iria atender, eu vi aqui 10.995. Já falei sobre esse assunto dezenas de vezes, deputado Paulo Rangel.

Então, para evitar o constrangimento de nós aprovarmos um projeto que faz referência a uma associação que não consta desse artigo, porque levantei só para preservar a imagem do legislativo, não é político, não. Esse projeto, volto a dizer, deputado Waldenor, não é político. Errado aquele que quiser politizar um projeto que diz respeito ao futuro dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Repito, não é político, não pode ser politizado. Por isso que fiquei grato, deputado Waldenor, quando V.Ex^a procurou... E esse é o papel verdadeiro dos líderes aqui da Casa, procurar o entendimento. Hoje, procurou mostrando e eu, de bate-pronto, falei para V.Ex^a, é trabalho para a gente procurar um acordo.

É nesse sentido. O que estou levantando aqui, sinceramente, com toda pureza, é para evitar a aprovação de um projeto... Imagine se a gente aprova sem notar esse lapso, Sr. Presidente Marcelo Nilo. Houve um lapso da parte governo, é lamentável e tudo mais, seja da forma que for. Mas, tem que ser publicado novamente, tem que ser reenviado aqui para esta Casa, pois não temos competência para alterar dispositivo de lei que vai mexer com recursos. Não temos autonomia, deputado Zé Neto, V.Ex^a que preside a Comissão de Constituição e Justiça.

Não podemos alterar o dispositivo de uma lei que vai mexer com o dinheiro. A

Constituição proíbe. Essa é a grande limitação e a grande luta que nós, deputados estaduais temos que ter, porque a Constituição de 2008, retirou, praticamente, todas as atribuições, porque a respeito de tudo que gera despesa para o Estado, que mexe com o dinheiro, não podemos legislar.

Então, a única intenção que tive, deputado Waldenor, deputado Paulo Rangel, foi de corrigir a tempo um equívoco. É lamentável. Não temos essa intenção de politizar isso, não vou politizar, em nenhum momento, este projeto, porque ele não deve ser tratado dessa forma. Tem que ser tratado como V.Ex^a, deputado Waldenor, tem tratado, com respeito aos servidores públicos, como eu também tenho procurado tratar, com respeito aos servidores públicos.

Mas, preservando o que vamos aprovar aqui para não denegrir a imagem de nós todos, parlamentares desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundo Vou conceder apenas duas questões de ordem, aos deputados Gildásio e Zé Neto, o deputado Gildásio pediu primeiro.

(O deputado Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas queria pedir vênia a V.Ex^a para conceder ao deputado porque ele está desde cedo ali pedindo...

(O deputado Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sei, depois V.Ex^a até fala, por último.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, peço a atenção de V.Ex^a. Fiz questão de nesta Casa tratar da matéria que se pretende alterar o artigo 1º. A lei nº 10.995 de 21 de dezembro de 2001 tem por objetivo a instalação... Sr. Presidente, é uma lei de utilidade pública.

O art. 77 da Constituição estadual trata da seguinte forma, peço a atenção de V.Ex^a. (Lê) *“São de iniciativa privativa do Governador do Estado os projetos que disponham sobre:”* - No inciso IV está muito claro - *“(...) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade.”*

Portanto, Sr. Presidente, mesmo que o relator entendesse de fazer a alteração, ele é incompetente. É clara a intenção do legislador quando determina que, sendo uma competência exclusiva do Poder Executivo,...

S. Ex^a, o deputado Paulo Rangel, foi muito feliz quando disse que, caso houvesse o entendimento de Lideranças, o projeto, aí sim, poderia ser votado. Salvo essa disposição, o projeto precisa, Sr. Presidente, ser devolvido à Casa Civil para que seja efetivamente modificado porque é competência exclusiva do chefe do Poder Executivo. O relator, a Assembleia Legislativa são incompetentes, está aqui muito claro no art. 77 quando trata da criação da estabilidade do servidor público, do seu regime jurídico. É o caso em tela, deputado Paulo Rangel.

V.Ex^a foi muito feliz quando abre a possibilidade no sentido de que haja o entendimento entre as Lideranças. Aí, efetivamente, o projeto poderá ser aprovado ou, pelo menos, discutido, deputado Paulo Rangel.

No mais, é muito claro, deputado Marcelo Nilo, é um flagrante desrespeito a

Assembleia Legislativa apreciarmos uma matéria que trata de um assunto e no seu artigo primeiro versa sobre assunto totalmente divergente do que se propõe. A relatoria não tem competência em função de uma determinação constitucional.

Portanto apelo a V.Ex^a, V.Ex^a pode até se esforçar no sentido do convencimento entre os Líderes das Bancadas para que, por acordo, por entendimento, fechemos os olhos e permitamos que o... No mais, não há como! Por deliberação única da Mesa ou por provocação de uma bancada se votar essa matéria da forma como ela está apresentada...! Há um flagrante vício constitucional, efetivamente não vamos permitir que isso aconteça.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto. Só gostaria de que V.Ex^a fosse breve, por favor.

O Sr. Zé Neto:- Deputados Gaban e Gildásio, primeiro, deputado Gildásio, eu estou há 3 anos na Comissão de Constituição e Justiça e tenho trabalhado muito com o Regimento e com a Lei Maior que é a Constituição do Estado.

Peço ao deputado Gildásio que não confunda competência com correção de erro material, que é uma coisa elementar em Direito. Primeiro, não se mudou o objetivo do projeto de lei. Outra, é bom lembrar que a relatoria existe porque o projeto é mutável dentro dos limites da relatoria. Então, deputado Marcelo, isso está claro para nós. Se for como o deputado Gildásio acabou de ler, estamos, neste momento, deixando de fazer com que o Poder Legislativo influa em qualquer relação oriunda do Poder Executivo. Evidentemente como o governador colocou, quando prioritariamente for o que enviou para esta Casa o projeto. A competência do governador é uma coisa, deputado Gildásio, eu fico até triste em ouvir isso, está dizendo em outras palavras que a relatoria não poderia alterar o projeto. O deputado Gildásio confundiu as bolas ali, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Acho que nós caminhamos bem no começo da tarde, demos bons passos em busca da harmonia. O deputado Gaban é presidente da Comissão de Meio Ambiente, tem atuado em outras comissões e já foi membro da comissão de Justiça.

Quero apenas chamar a atenção, deputado Gaban, pois o vento que dá para Chico, dá para Francisco, esse vento que veio para aqui, vai para ali. Não há dificuldade normativa, processual, administrativa, no que diz respeito à alteração material de uma norma, porque não vai influir no seu conteúdo, na sua direção e na obtenção de resultado, com relação à sua matéria. Então, estou espantado com o que o deputado Gildásio Penedo falou. Aqui, nos corredores, vou conversar com o deputado Gildásio para que ele me explique direito. Pelo que entendi, era inalterável o projeto. Então, é um projeto alterável. Deputado Gaban, vamos caminhar para o nosso consenso. V.Ex^a tem razão em parte quando diz que há uma interpretação que pode dar dubiedade à norma. O deputado Waldenor mantém atitude muitíssimo grandiosa, é típico dele aqui na Casa abrir esse tipo de diálogo. Quero chamar a atenção do deputado Gaban, para acabarmos com essa demanda sem sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, por favor, conclua, eu apelo.

Deputado Gilberto Brito, eu já havia encerrado, mas vou abrir uma exceção de

1 minuto apenas para V.Ex^a e para o deputado Gaban, gostaria que fossem breves para encerrarmos esse assunto.

Deputado Gilberto Brito, por favor.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Marcelo Nilo, vou solicitar a V.Ex^a uma colocação muito breve e muito objetiva, como procuro ser. Gostaria que V.Ex^a consultasse o procurador Geraldo Mascarenhas que assiste cotidianamente a este plenário há longos anos, se essa foi a primeira vez e se tal aconteceu e qual o procedimento que era adotado nos tempos passados?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, último orador, não concederei a mais nenhum orador, por favor. Gostaria apenas que fosse breve.

O Sr. Gaban:- Gostaria, finalizando, deputado Waldenor, de dizer a V.Ex^a e ao presidente Marcelo Nilo e aos demais companheiros, naturalmente, se eu tivesse qualquer má intenção com relação a esse projeto, sabe qual seria o meu comportamento, deputado: como ninguém havia notado, eu mesmo não percebi esse lapso. Eu deixaria votar, deputado Zé Neto, depois de votado ninguém ira perceber o erro. Amanhã eu denunciaria que nós votamos o projeto e teria que voltar. Estou preservando a imagem do Legislativo. Se eu tivesse má intenção com relação a esse projeto, repito, deixaria votar, iríamos votar e ninguém perceberia.

Então, apenas alertei, meu querido presidente Marcelo Nilo, no sentido de preservar a imagem do Legislativo, não tive nenhuma intenção, não é um projeto político. Alertei para preservar apenas o Legislativo estadual.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, nós consultamos aqui Geraldo Mascarenhas, procurador desta Casa, para sabermos como era no passado, apesar de eu já saber, pois já aconteceu aqui por diversas vezes. Já existiram nesta Casa diversas vezes, deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a que é novato e, diga-se de passagem, um grande parlamentar, várias e várias vezes, o que foi consertado pelo relator.

Quero pedir vênia aos deputados de Oposição e, ao mesmo tempo, parabenizar a todos por estarem atentos. Deputado Gaban, eu quero parabeniza aos deputados de Oposição, em especial do deputado Gaban, que está atento ao projeto e lendo os artigos. Agora, é um vício sanável, repito, é um vício sanável. Diversas vezes já aconteceu. E V.Ex^a que já foi presidente pode consultar.

(Vários Srs. Deputados se manifestam ao mesmo tempo fora do microfone. Inaudível.)

Deputados, por favor, quero pedir vênia a V.Ex^a, mas vamos encerrar este assunto. São nove questões de ordem. Eu faço um apelo a V.Ex^{as}.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Concedo a V.Ex^a mais uma vez.

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu gostaria de que V.Ex^a trouxesse um único caso que cita uma lei no texto do artigo e foi corrigido pelo mesmo relator. Eu gostaria que fosse citado um único caso aqui na Assembleia. Aí, a gente se conforma.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, é só V.Ex^a procurar o companheiro Geraldo Mascarenhas que é antigo aqui e foi procurador, aqui da Casa, durante a gestão de todos os presidentes. Ele me informou que quanto a este tipo de equívoco já tivemos diversas vezes, nesta Casa, repito, diversas vezes. Aliás, eu gostaria inclusive de parabenizar V.Ex^a, deputado Gaban, por estar atento e lendo o projeto. Isso, para mim, não é surpresa, pois tem sido um deputado atuante, atuando em seu perfil de fazer oposição dentro das normas. V.Ex^a inclusive está bem intencionado. Isso eu quero registrar.

Agora, este é um vício sanável. E a Presidência decide que o projeto continua e o Plenário decide. Quero pedir vênias a V.Ex^a, mas é uma decisão do presidente, porque é um vício sanável. E nós não podemos, em um caso desse, deixar de votar um projeto que é importante, não para o governo do estado, mas importante para a Bahia.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado.

O Sr. Gaban:- Com todo o respeito, naturalmente, eu gostaria de dizer que o Governo tem a Maioria. Então, para ter o respaldo da Assembleia Legislativa e não ficar com a decisão só da Mesa Diretora, eu gostaria que V.Ex^a, neste momento, submetesse esta consideração que eu fiz ao Plenário para... (inaudível)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Gaban:- (...) com quorum de votação para...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas eu só posso submeter a votação na Ordem do Dia, deputado. Na Ordem do Dia, eu colocarei em votação. Quando encerrar e entrar a Ordem do Dia eu colocarei a questão do deputado Elmar e a questão de V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, o que eu havia colocado... V.Ex^a não estava aí, pois estava em outras atividades na Casa que são obrigações do Presidente naturalmente. E o presidente que estava aí no momento, eu havia solicitado a ele que interrompesse esta sessão exatamente pelo lapso que teve neste projeto. Então, por isso, eu solicito a V.Ex^a seja feita uma votação pelo que eu propus. Se o governo tiver a Maioria com 32 parlamentares que votarem favorável, não há problema. Ao menos, haverá a sanção da Assembleia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu concordo. Mas, deputado, veja bem, eu só posso colocar em votação na Ordem do Dia. Eu não posso. Eu lhe garanto que o projeto não será votado. O relator não fará seu parecer antes de votar na Ordem do Dia. Agora, eu não posso, na discussão, colocar em votação. A única coisa que colocamos aqui foi a prorrogação de sessão. Esta é a decisão da Presidência. Na Ordem do Dia, antes de o relator, terá a votação. V.Ex^a tem todo o direito de recorrer da decisão do presidente. Certo? Na Ordem do Dia será colocado. (Pausa)

Deputados, não querem derrubar esta sessão ordinária para entrarmos na sessão extraordinária não? (Pausa)

V.Ex^{as} aceitam? O Líder da Oposição aceita? (Pausa) O Líder do Governo aceita? (Pausa) Vamos aceitar e entraremos na sessão extraordinária.

Então, por acordo de Lideranças, os deputados Waldenor, Heraldo e Sandro Régis do PR concordam? (Pausa)

Todos dizem:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, por acordo está encerrada a presente sessão. Um minuto após o encerramento desta, teremos o início da sessão extraordinária. E, na Ordem do Dia, votaremos.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*